

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – 3ª. Edição

*A percepção dos riscos alimentares na pequena burguesia –  
Praia - Cabo Verde*

SANDRA HELENA BARROS MARTINS

PRAIA, DEZEMBRO DE 2013



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – 3ª. Edição

*A percepção dos riscos alimentares na pequena burguesia –  
Praia – Cabo Verde*

SANDRA HELENA BARROS MARTINS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Uni-CV como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação do Professor Doutor José Carlos Gomes dos Anjos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

PRAIA, DEZEMBRO DE 2013.

“Temos (*cientistas sociais*) de nos situar sempre entre dois papéis: por um lado o de desmancha-prazeres e, por outro, o de cúmplice da utopia”

(Bourdieu)

### **Dedicatória**

Ao meu pai, Carlos Alberto, que apesar do pouco tempo que passamos juntos, os seus ensinamentos guiam a minha vida;

Às duas mulheres mais importantes da minha vida a quem devo tudo o sou hoje: a força, a determinação e a alegria de viver - Carminha e Teresa;

E a Maria José (Neta), minha amiga e irmã - a separação eterna não desfaz a amizade verdadeira.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu filho, pela força e compreensão pelos momentos que deixei de estar presente ou que fiquei a falar dos teóricos da sociologia e antropologia e ele pacientemente, mesmo sem entender nada, escutava e escutava;

À minha família pelo apoio incondicional que tem me oferecido durante a minha vida. Esta caminhada tem valido a pena porque vocês existem;

Aos meus professores que foram verdadeiros mentores e que reforçaram a minha paixão pelo estudo dos fenómenos sociais e pela construção de um pensamento crítico “*fincado na terra*”;

Aos meus colegas de turma pelos momentos únicos passados juntos;

Aos vizinhos pelas informações prestadas sem a qual não seria possível levar adiante este trabalho;

Aos meus colegas de trabalho, em especial Ana Paula Lopes (que infelizmente não está entre nós para fazer parte deste momento, mas estará para sempre no meu coração), que contribuíram, e muito, para esta nova conquista da minha vida;

Meus amigos e amigas pelos compromissos falhados devido a necessidade de entregar um paper ou ler um texto. Por ouvirem pacientemente os meus comentários sobre os autores, os textos, as frustrações e contentamentos depois das aulas. E ainda, por contribuírem para este trabalho, fornecendo dados, apoio para o cálculo da amostra, cartografia, revisão da tradução (Iria, Deolinda, Orlando, Clodomir, António Querido – não poderia deixar de citar os vossos nomes e dizer um obrigado do fundo do coração);

Enfim, a todos que fazem parte da minha vida, um muito obrigado.

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa discute a percepção dos riscos alimentares na pequena burguesia da Cidade da Praia – Cabo Verde - tendo como alicerce os autores das ciências sociais que analisam a questão dos riscos e da globalização. O contexto de formação social de Cabo Verde, a importação de políticas públicas e de um estilo de classe pelo pequeno burguês leva a uma lógica de distinção própria e que conduz a uma reflexibilidade no comer e que determina a percepção dos riscos alimentares.

O pequeno burguês, fabricado como sujeito de escolha num processo de individualização e de sujeição, elabora estratégias de controlo dos riscos que determinam as práticas alimentares. A contrução de si, indissociável da definição de si pelos outros e o facto de pertencer a pequena burguesia, coloca sobre esses indivíduos uma pressão no sentido de se autoregulem e minimizarem os efeitos dos riscos alimentares. Por outro lado, apesar do bombardeamento na contrução de si, da permeabilidade aos códigos europeus e à importação de novas práticas e gostos, o aparato institucional é frágil e não oferece segurança aos comensais. Neste sentido, há uma angustia nos comensais da pequena burguesia que a partir da sua forma de comer, de escolher e de adquirir os alimentos demonstrem um certo cuidado de si e uma identificação com o nacional através da preferência pelos produtos “di tera”. É a trama em torno papel do alimento e do posicionamento do Estado para fazer face aos riscos da modernidade, que se estabelece o novo padrão alimentar da pequena burguesia.

**Palavras-chave:** percepção de risco, pequena burguesia, hábitos alimentares

## ABSTRACT

This research work discuss the food-related risk perception by “petit bourgeoisie” in Praia city – Cabo Verde - on using as a research foundation the social sciences theory about risk and globalization. The social context of Cabo Verde, the public policy instrumentation and the class style of the “petit bourgeoisie” results on a distinct own logic and conduct to a reflectivity about dietarian styles and the perception on alimentary risks.

The petit bourgeoisie, understood as a social subject manufactured on an individualization process, develop strategies to control risk that determine their food practices. The self construction, inseparable from the definition of themselves given by others and the fact of belonging to this social class of the “petit bourgeoisie”, subjects those individuals to some pressure to auto regulate themselves and minimize the effects of food risk. On the one hand, despite of the self construction, the permeability to European codes and the import of new practices and tastes, the institutional apparatus is weak and does not provide security to consumers. In this sense, there is anguish from petit bourgeoisie food consumers to demonstrate through their dietarian habits, their foods’ choice and food product acquisition, some self care and wellness, as well as some identification with the national through preferences of local products “di tera”. These relations between the role of food and the State’s action to deal with modernity risks establish the new food pattern of the petit bourgeoisie.

**Keywords:** Risk perception, petty bourgeoisie, food habits

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES (Fotos e Mapas)**

Figura 1. Carta da delimitação do espaço de pesquisa .....	47
--	----



## **LISTA DE SIGLAS**

DDT - Diclorodifeniltricloroetano

DECRP – Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza

DNP – Direção Nacional do Plano

ENSA – Estratégia Nacional de Segurança Alimentar

FAO – Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

IDRF – Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias

INE – Instituto Nacional de Estatística

MAAP – Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas

ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milênio

POP's - Poluentes Orgânicos Persistentes

UNEP - Agência das Nações Unidas para o Ambiente

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	v
RESUMO .....	vi
ABSTRACT .....	vii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES (Fotos e Mapas) .....	viii
LISTA DE SIGLAS .....	ix
INTRODUÇÃO.....	1
I. METODOLOGIA .....	6
1.2. A recolha de dados quantitativos.....	9
1.2.1. Amostra aleatória – Estimando uma proporção .....	9
1.2.2. O método de recolha e o tratamento dos dados .....	10
II. O conceito e a percepção de risco na modernidade tardia .....	12
2.1. A insegurança da segurança .....	12
2.2. Reflexibilidade e o pós-colonialismo: duas narrativas importantes neste debate .....	16
III. A agenda pública de Segurança alimentar.....	23
3.1. A política de segurança alimentar e a configuração do consumo.....	24
3.1.1. A produção agrícola e o consumo alimentar .....	24
3.1.2. As ajudas alimentares .....	28
3.2. A segurança dos alimentos .....	30
IV. A construção do espaço.....	34
4.1. A construção social espaço e o valor do espaço.....	34
4.2. O estilo de vida da pequena burguesia .....	37
V. Os <i>habitus</i> alimentares e a percepção de riscos da pequena burguesia .....	42
5.1. Os <i>habitus</i> alimentares da pequena burguesia.....	43
5.2. A mudança dos <i>habitus</i> e a percepção dos riscos .....	47
5.3. Os <i>habitus</i> e a percepção dos riscos alimentares.....	50
5.4. O saber alimentar local e a nova lógica de distinção.....	53
5.4. Os riscos e a autoregulação .....	55
Conclusões.....	60
ANEXO 2: Guião de Entrevista .....	64
ANEXO 3: Questionário Agregado Familiar .....	66
Bibliografia.....	71

## INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é “A percepção dos riscos alimentares na pequena burguesia-Praia, Cabo Verde”. Neste trabalho, a teoria do risco é transportada para análise em um contexto social e um *campo* não muito investigado trazendo a reflexão para um país receptor de risco e para o *campo* específico da alimentação.

Nas últimas décadas o risco tem sido tema de muita reflexão no seio dos teóricos da modernidade e da pós-modernidade. Ulrich Beck, sociólogo alemão, foi um dos impulsionadores dessa reflexão com a publicação em 1986<sup>1</sup> da obra *Risk Society: Towards a New Modernity*. A teoria do risco é objecto de pesquisas de diversas disciplinas com abordagens diferenciadas e adaptadas a cada domínio. A incerteza e a insegurança/medo são identificadas como as características fundamentais das sociedades contemporâneas e a teoria de riscos vem sendo utilizada para a análise deste facto. Nas ciências sociais, essa teoria tem servido de base para reflexões sobre as relações sociais em diversas esferas, como as do trabalho, migrações, estrutura de classes e mobilidade social, alimentação, dentre outros.

Segundo Jeffcott (in Areosa, 2008, p.3) ter uma definição precisa e concisa de risco é uma tarefa árdua, mas é consenso que os riscos fazem parte das sociedades actuais. Nas ciências sociais além de Beck, as teorias de Giddens (1990,1991), Lash (1990, 1991), Douglas e Wildavski (1982), Lupton (1999), Luhman (1993), Foucault (2000) dentre outros autores, trabalham o conceito de risco como uma das características das sociedades pós-modernas ou da modernidade tardia. Cada um desses teóricos “oferecem uma perspectiva diferente sobre como o risco é entendido, tratado e experienciado com base na experiência das sociedades ocidentais contemporânea” (Lupton, 1999, p.1).

Lupton (2006) identifica três perspectivas na análise socio-antropológica do risco: i) sociedade de risco, cujos dois maiores teóricos são Beck e Giddens; ii) perspectiva culturalista, impulsionados por Douglas e Wildavski; e a iii) perspectiva governamentalista de Foucault. Beck e Giddens, argumentam que quase todas, senão todas, as sociedades já experienciaram perigos e riscos, mas o que difere o risco nas sociedades contemporâneas é a responsabilidade humana a ela imputada. Douglas e

---

<sup>1</sup> A obra em inglês foi publicada em 1992.

Wildavski trazem a perspectiva culturalista na análise dos riscos e consideram que o risco é culturalmente determinado, ou seja, que o risco é fortemente influenciado por valores e crenças sociais e que é uma construção social. Por seu turno, Michel Foucault traz a perspectiva governamentalista do risco, que trabalha a questão do risco sob a óptica do poder<sup>2</sup>, e tenta entender a participação dos cidadãos nas sociedades modernas a partir da abordagem de risco e poder. As três abordagens são construcionistas e na perspectiva da sociedade de risco, o enfoque é colocado no papel desempenhado pelos processos sociais e culturais na identificação do risco. Porém, a perspectiva da governamentalidade adota a abordagem construcionista social mais forte das três perspectivas. Nada é visto como um risco em si, mas sim, os eventos são construídos como os riscos por meio do discurso.

O carácter globalizante dos efeitos produzidos pela modernidade, seja ela reflexiva, líquida, tardia, pós-moderna faz com que fenômenos sociais produzidos em outros contextos tenham reflexos e produzem outros com características diferenciadas e por isso mesmo importante de serem investigados. A independência das colónias provoca uma viragem na teoria social e nas relações de poder. É esse argumento que possibilitou a reflexibilidade<sup>3</sup> neste contexto e a construção teórica deste trabalho. Com no quadro teórico buscamos pensar o risco na perspectiva de um país colonizado. Essa reflexão nos conduz à análise sobre a liberdade de escolhas não só dos indivíduos para enfrentarem ou não um determinado risco mas também dos países, tendo a importação de modelos de políticas e de estilos de vida o cerne deste argumento.

Cabo Verde é um país que consegue a sua independência de Portugal em 1975, num processo de luta de libertação colonial. Inicialmente desabitada, sua população veio a ser constituída por escravos da costa africana e europeus num processo de colonização que “destruiu grande parte da memória étnica dos escravizados” (Dos Anjos, 2004, p. 273). Trazer para esta análise o período colonial, permite-nos melhor entender a pequena burguesia actual e a percepção dos hábitos alimentares. Num modelo de

---

<sup>2</sup> De referir que Foucault interessa pela forma como o poder se distribui na sociedade e pelas formas de dominação. Para ele o poder tem uma estrutura capilar que estende e irriga toda a sociedade. Por isso, faz uma análise ascendente do poder. Para Foucault, com a modernidade surge um poder de normalização das subjectividades, que esvazia o poder político-jurídico e que faz com que o poder do Estado seja apenas uma entre outras formas de poder.

<sup>3</sup> Entendida aqui num sentido diferente de neutralidade, em que o pesquisador faz a escolha e defende a sua escolha. Isso exigiu um exercício de controlo reflexivo sobre a forma de olhar.

colonização que levou a uma mestiçagem, entendida por muitos, sobretudo os intelectuais, como um diferencial que distingue pela positiva Cabo Verde e que o conduz a uma entrada mais rápida do que as outras colónias portuguesas na modernidade, propomos analisar os seus reflexos a partir da percepção dos riscos pela pequena burguesia. Segundo Dos Anjos, a elite caboverdiana foi “familiarizada com os valores básicos da cultura europeia mas colocada como cidadão de segunda classe no império português” (2004, p. 281).

Com a abertura política em 1990 temos um fenómeno em que a pequena burguesia anteriormente formada sobretudo pelos combatentes da liberdade passa a incorporar os *quadros* da administração que, através da escolarização ascendem e passam a fazer parte dessa classe. Como a familiaridade com os códigos europeus configura os estilos de classe da pequena burguesia e determinam o modelo de desenvolvimento neste contexto? Neste trabalho assumimos o conceito de pequena burguesia de Bourdieu e a de classe média é utilizada enquanto conceito do senso comum pelo que poderá encontrar um ou outro conceito ao longo da leitura.

Tendo como objecto de estudo a pequena burguesia praense, esta pesquisa problematiza o tema da percepção dos riscos em relação à alimentação. Este trabalho tem por objectivo analisar como os indivíduos, enquanto membros de um grupo social específico, a pequena burguesia, percebem, conceptualizam e lidam com os riscos alimentares num contexto de país importador dos riscos. Assim, os objectivos específicos desta pesquisa são de: i) entender as crenças sociais e culturais que estão subjacentes a percepção de riscos alimentares na pequena burguesia; ii) analisar como as políticas públicas e estilos de vida configuram um estilo de classe e interfere na percepção dos riscos alimentares; e iii) perceber em que medida a percepção dos riscos é traduzida nas escolhas dos alimentos e na mudança dos *habitus*.

O conceito de risco e o de *habitus* de Bourdieu<sup>4</sup>, servem de matrix de análise da percepção dos riscos alimentares na pequena burguesia da Cidade da Praia – Cabo

---

<sup>4</sup> De realçar que este conceito foi utilizado por Aristóteles para designar então características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem. Bem mais tarde foi também utilizada por Émile Durkheim, no livro *A evolução pedagógica* para designar um estado geral dos indivíduos, estado interior e profundo, que orienta suas ações de forma durável (Graça, 2002, 61). *Habitus* entendido como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...]” (Bourdieu, 1983b, p. 65)

Verde. A preocupação que estará patente em todas as etapas da pesquisa é a de não imposição da problemática ou partir de um conceito pré-construído de risco e pressupor que as pessoas os percebem. Essa preocupação foi levada em conta em todas as etapas da pesquisa, desde a definição da metodologia, dos questionários e guiões de pesquisa à interpretação dos resultados.

Assim, a fim de responder aos objectivos propostos, este trabalho está estruturado em cinco capítulos e a conclusão final, sendo o primeiro referente à metodologia, onde é descrita todos os procedimentos, métodos e técnicas, e ainda justifica as opções metodológicas adoptadas neste trabalho.

No capítulo II, intitulado “O conceito e a percepção de risco na modernidade tardia”, fazemos uma incursão teórica sobre o conceito do risco e buscamos trazer para reflexão a teoria de risco no contexto do estudo buscando, através de uma análise crítica, situar o conhecimento. Para tal, assumimos que o risco é global e que os países do terceiro mundo os importam, e ainda que a nova configuração das relações de poder na modernidade tardia determina todo discurso em torno do desenvolvimento que traz novos elementos à percepção de risco, em particular dos alimentares.

O capítulo III faz o enquadramento do espaço empírico deste estudo com enfoque na origem, configuração e perfil dos indivíduos que aí residem. Tomamos como empréstimo o conceito de pequeno burguês de Bourdieu (2007), para analisar o estilo de vida de uma classe que emerge sobretudo das oportunidades de escolarização e que residem num espaço com uma lógica própria de configuração.

O Capítulo IV analisa a agenda pública de segurança alimentar em Cabo Verde tendo como base os diferentes instrumentos de política, o processo de formulação e os discursos. A governamentalidade dos riscos é analisada na perspectiva de uma sociedade com uma dinâmica importante de importação de alimentos e de políticas públicas.

Finalmente, o capítulo V analisa a gramática e os elementos que estão subjacentes à percepção de riscos alimentares pelo pequeno burguês. Partimos do princípio que existem “regras que estão implícitas no ato de comer”, e ainda que existe “uma gramática e uma sintaxe quando se come” (Goldenberg, 2011, p. 236) e a partir daí fazemos uma análise socio-antropológica da alimentação tendo por suporte a teoria do

risco. Neste sentido, aplicamos o aparato conceitual de Bourdieu (*habitus*, estilo de vida, distinção de classe) e o de cuidar de si de Foucault (2008).

Esta pesquisa pretende contribuir para o debate académico e à teoria de riscos a partir da realidade caboverdiana, tendo por base uma questão até então pouco explorada, a percepção de riscos alimentares na pequena burguesia. O objectivo não é de resenhar o conjunto da bibliografia sobre esses assuntos, mas antes aprofundar essas problemáticas com relação à situação empírica em análise.

## **I. METODOLOGIA**

A familiaridade com o objecto de estudo muitas vezes provoca um certo receio no pesquisador. Porém, mesmo o familiar apresenta algo desconhecido que temos de desvendar e eles podem parecer estranhos às concepções de "outros". E seguindo o conselho de Gilberto Velho, devemos superar a ideia de tudo o que é familiar implica um conhecimento prévio e intimidade. Voltar o olhar para sujeitos "demasiadamente próximos de nós" (Fonseca, 2004, p. 227), requer a aplicação das teorias apreendidas, mas muitas vezes a metodologia e abordagem vai sendo adaptada durante o trabalho de campo.

Por outro lado, “Malinowski salientou que cada cultura possui os seus próprios valores (...) e estudar as instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e mentalidade do homem, sem atingir os desejos e sentimentos pelos quais ele vive, e sem o intuito de compreender o que é, para ele, a essência de sua felicidade, é, em minha opinião, perder a maior recompensa que se possa esperar do estudo do homem”. (Vieira, 2011, 2, cit. Malinowski). Esta é uma questão essencial, quando se estuda a percepção e os hábitos alimentares dos indivíduos. Respeitar este princípio que consideramos básico nas ciências sociais, requer um exercício permanente no sentido de não imposição da problemática. Por outro lado, somos conscientes de que “a pesquisa depende da biografia do pesquisador, das opções teóricas da disciplina em determinado momento, do contexto histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram no dia-a-dia no local da pesquisa, entre pesquisador e pesquisados [...] (Peirano, 1992, p. 9 citado por Da Cruz, 2012, p. 30).

Esta pesquisa exigiu uma adaptação constante do pesquisador, não apenas pelo facto de estar a estudar percepções e do constante cuidado de não imposição da problemática, mas também por estar a estudar uma realidade "demasiadamente próxima". Morar no espaço onde decorre a pesquisa, exige um exercício constante de interpretação das diferenças mas também do ordinário e do familiar. Isso obrigou-nos a re-situar e a reflectir sobre as metodologias que pudessem dar vazão à problemática da pesquisas e às questões éticas que estão subjacentes ao trabalho de campo dos cientistas sociais.



### **1.1. Quando tudo conta**

Para compreender a lógica e a gramática da percepção dos riscos e dos hábitos alimentares da pequena burguesia optamos por uma combinação de metodologias qualitativas e quantitativas. Se por um lado, as informações quantitativas são mais facilmente agregadas, por outro, pode-se perder a nuance e a textura da questão que se está a tratar. A inferência estatística pode ajudar na discussão de causalidade, mas perde-se o poder de abordagem indutiva. Porém, “não existe método sem calcanhar de Aquiles e o reconhecimento disto é que faz o pesquisador progredir” (Fonseca, 2004, p. 6) e por outro lado, “procurar compreender certas dinâmicas não significa louvá-las nem advogar sua preservação” (ibidem, p.7). Assim, procuramos moldar as análises às preocupações da pesquisa e ao contexto. A opção metodológica foi a da complementaridade entre o quantitativo e o qualitativo como forma de tirar o melhor proveito das duas metodologias. Esta opção é justificada pela própria complexidade da questão abordada. Se por um lado, a análise dos discursos, através das entrevistas e dos grupos focais, permitiu captar as redes de significações que são estabelecidas através do uso da linguagem pelos indivíduos, dados quantitativos dos inquéritos permitiu quantificar e confirmar algumas permissas. A triangulação das informações através do uso desses métodos e técnicas é que resultaram nos achados desta pesquisa.

Os trabalhos de emersão no campo tiveram o seu início no mês de Julho de 2012, tendo com espaço empírico não a zona de Prédios, mas o Brasil que fica no mesmo bairro, Achada Santo António. O projecto inicial tinha como campo o Brasil, porém ao longo da pesquisa detectamos que trabalhar a percepção do risco num espaço tão heterogêneo saíria do escopo previsto para esta pesquisa, o que contribuiu para a mudança do espaço de pesquisa e obrigou o ajustamento da problemática e do espaço. No novo espaço, o campo começou no mês de Março de 2013, mas o contacto com a população do Brasil foi muito importante para a redefinição da abordagem metodológica.

Esta pesquisa começou com uma fase exploratória, que serviu não apenas para definição do escopo da pesquisa, mas também para a planear e conduzir a pesquisa de campo. O facto de residir no mesmo espaço em que desenvolveu a pesquisa facilitou o contacto com a população e fez com que as conversas e as observações desenvolvessem, muitas vezes, de forma muito espontânea. Entretanto, em algumas situações o facto de lhes ser familiar fez com que algumas informações fossem omitidas, mas como na pesquisa em

ciências sociais tudo conta, as omissões foram também aproveitadas, trabalhadas e relativizadas.

A metodologia de recolha de informações utilizada foi uma combinação de grupos focais, entrevistas e questionários estruturados, e análise de dados secundários (dados da secção alimentação do inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRFII 2001-2002) e das importações).

Foram realizadas quatro grupos focais (sem contar dois que foram realizados na zona do Brasil, o primeiro campo, apesar de considerarmos que ajudaram a definir alguns aspectos para esta pesquisa), sendo o critério fundamental de selecção dos participantes o facto de residirem na área coberta por esta pesquisa. Os grupos tinham em média 8 pessoas, variando entre o mínimo de 6 (seis) e o máximo de 10 (dez). Dois grupos focais foram realizadas na frente de um dos prédios, aproveitando espaço onde os moradores costumam reunir para debater assuntos do quotidiano para recolher informações para a pesquisa. Esta abordagem facilitou a fluidez e a espontaneidade das discussões. Os outros dois grupos reuniram na casa do pesquisador. As discussões dos grupos focais foram gravadas e foi feita uma transcrição indexada, ou seja foram transcritas apenas as partes consideradas importantes para o efeito da pesquisa. Posteriormente foi feito uma análise na qual se fez o cruzamento com as anotações recolhidas no decorrer das discussões. Um guião para as entrevistas foi elaborado e serviu de fio condutor das discussões (ANEXO 2).

As entrevistas foram realizadas com responsáveis de instituições que trabalham com as políticas públicas no domínio da segurança alimentar e segurança dos alimentos (4), de alguns informantes que forneceram informações sobre a construção deste espaço (2), e ainda de alguns moradores (4). No total foram dez entrevistas. Foram recolhidas entrevistas junto a informantes-chave. As entrevistas com os responsáveis das instituições não foram gravadas, foram feitas anotações das partes que se considerou pertinente.

Os questionários (ANEXO 3) foram elaborados a partir da pesquisa exploratória, de alguma observação e conversas com os informantes. A constante busca pela não imposição da problemática e o cuidado de não enviesar o questionário segundo a teoria de base desta pesquisa, foi essencial no processo de definição do questionário e que

demorou algum tempo e provocou muitas discussões. Neste sentido, o esquema conceptual montado a partir da exploração teórica e o olhar, ouvir e escrever foi um exercício metodológico importante que permitiu um certo estranhamento e exotização do objecto de estudo, tendo em conta a familiaridade com o espaço.

Neste trabalho, os trechos em itálico representam algumas frases que queríamos realçar, termos em idioma estrangeiro citados em conformidade com a bibliografia consultada ou ainda a fala dos interlocutores. As aspas remetem a trechos, conceitos e termos citados de acordo com a bibliografia consultada, e ainda a fala ou expressão dos interlocutores. Para preservar a identidade dos interlocutores (entrevistados e participantes dos *focus group*), seus nomes foram substituídos por nomes fictícios.

## **1.2. A recolha de dados quantitativos**

O universo do Inquérito foi constituído a partir dos dados dos agregados familiares residentes em Cabo Verde de acordo com o Censo realizado em 2010 pelo Instituto Nacional de Estatística (População por zona). Foi feito um trabalho de delimitação do espaço empírico para se poder, a partir da base cartografica do Censo 2010, identificar os agregados residentes. A delimitação fez-se com recurso ao programa informático Arc GIS. Após a delimitação foram extraídos os agregados residentes que constituíram o universo de estudo e de onde foi possível extrair a amostra. Todo trabalho de definição da amostra foi feito com o suporte de estatísticos e cartógrafos.

### **1.2.1. Amostra aleatória – Estimando uma proporção**

Foi considerado no plano de amostragem a realização duma Amostra Aleatória estimando uma proporção utilizando assim a seguinte formula:

Cada domínio de estudo foi considerado como um estrato independente.

$$n_h = \frac{N_n * p * q}{(N_h - 1) * (b^2 / z^2) + (pq)}$$

Onde:

$n_h$  – Dimensão da amostra do estrato h (condomínios)

$N_h$  – Dimensão do universo do estrato h (condomínios)

$b^2$  – Erro relativo fixado a priori

$z^2$  – Valor da precisão do intervalo de confiança fixado a priori.

$p$  – Probabilidade do fenómeno estudado

$q = 1 - p$

A repartição da amostra por domínio de Estudo foi efectuada considerando a repartição aleatória proporcional, com um intervalo de confiança de 95% e um erro relativo de 5%.

A selecção dos agregados foi de forma aleatória. Foi fixado um numero de famílias a serem inquiridas (tendo em conta o tempo e o universo da pesquisa) e de acordo com esse numero fixo de famílias foi feita a tiragem aleatória dos agregados, utilizando o método de tiragem aleatória sistemática, escolhendo um numero aleatório de 1 à 65, onde foi escolhido aleatoriamente o 5 que representa a sequência de tiragem dos agregados, ou seja, de cinco em cinco. Por ser em prédios, iniciou-se a contagem sempre a partir do rés-do-chão direito, numa sequência direita-esquerda-direita.

Foram aplicados sessenta e cinco questionários em mesmo numero de agregados familiares, o que representa 17% do total dos agregados da área de estudo (total agregados 373). A definição da amostra e a selecção dos agregados foi feita com a ajuda de um estatístico, o que reforça o rigor científico desta pesquisa.

### **1.2.2. O método de recolha e o tratamento dos dados**

A recolha foi realizada durante vinte dias. O método de recolha de informação utilizado foi a “recolha por entrevista” que consiste, na utilização de um questionário estruturado, com perguntas fechadas e algumas abertas, para a recolha de informações. Duas pessoas recolheram as informações, a pesquisadora e um inquiridor (que foi formado para o efeito). O questionário foi feito em português, mas as entrevistas foram realizadas em crioulo, repetindo-se textualmente o conteúdo da pergunta.

A digitação foi feita com recurso ao ACCESS permitindo a exportação de dados para SPSS 17 (*Statistical package for Social Science*) foi o programa utilizado para o tratamento e a análise dos dados.



## **II. O conceito e a percepção de risco na modernidade tardia**

### **2.1. A insegurança da segurança**

Na década de 70, países da Europa e os Estados Unidos proibiam a utilização do diclorodifeniltricloroetano (DDT) para qualquer fim. Com o fim da primeira guerra mundial, passados aproximadamente cinco décadas após a descoberta do potencial deste produto como insecticida, o seu potencial de utilização na agricultura é descoberto, e sendo um produto altamente eficaz no controlo das pragas e muito barato a sua produção aumentou de forma significativa na Europa e nos Estados Unidos. Ao DDT foi-lhe ainda atribuído a conquista com a redução da malária e da eishmaniose visceral sobretudo nos “países pobres”, e ao controlo das pragas e consequente aumento da produção agrícola. A produção de DDT chegou a 81.154 toneladas em 1963, sendo a maior proporção destinada à importação. A investigação de Rachel Carson em 1962, sobre os malefícios do DDT para a saúde desencadeou o processo de proibição a partir de 1970, mas a produção continuou e destinava-se a exportação/doacção para países “pobres” da América Latina, África e Ásia para o combate a malária (Amato et al, 2002).

Começo assim esse capítulo que fala dos riscos da modernidade com a história do DDT, uma vez que é em torno deste “produto” e de um facto específico relacionado com o mesmo, que pretendo construir o meu debate sobre a modernidade e a pluralização dos riscos. Além, disso a história do DDT remete-nos para a agricultura que nos conduz necessariamente ao comer e a alimentação, tema deste trabalho.

A teoria de risco tem sido utilizada nas ciências sociais por autores como Beck (1992), Giddens (1990,1991), Lash (1990, 1991), Douglas e Wildavski (1992), Lupton (1999), Luhman (1993), Foucault (1996) para analisar a sociedade pós-moderna. Segundo Brüseke, o “clima de crise e incerteza que precedeu e acompanhou o fim do comunismo soviético e o paralelo desenvolvimento tecnológico em escala global encontrou um público, também, teoricamente cada vez mais inseguro e ávido para abraçar novos paradigmas” (2005, 35). Brüseke faz assim o uso deste argumento para demonstrar como o contexto histórico fértil permitiu o alargamento do campo de utilização e de debate sobre a teoria de risco. Para as ciências sociais a noção de risco é “resultado

precisamente da necessidade de identificação, tanto das bases quanto das consequências sociais de uma nova semântica e práticas sociais em torno das incertezas e perigos da vida contemporânea” (Mitjavila, 2002, 131).

A publicação do livro de Ulrich Beck em 1986, “Sociedade de risco”, marca uma nova era na teoria social com um debate aceso sobre o risco e a sociedade de risco. Porém, Luhmann é o autor que faz a “primeira aproximação sistemática ao problema do “risco” no campo da sociologia, dedicando a ele o livro “A sociologia do risco” em 1991” (Brüseke, *ibidem*). O argumento ou a gramática que se encontra por detrás da teoria de risco é o fim da sensação de controlo e de segurança em que todas sociedades estariam de alguma forma a vivenciar.

Beck e Giddens, argumentam que quase todas, senão todas, as sociedades já experienciaram perigos e riscos, mas o que difere o risco nas sociedades contemporâneas é a responsabilidade humana a ela imputada. Douglas e Wildavski trazem a perspectiva culturalista na análise dos riscos e consideram que o risco é “culturalmente determinado”, ou seja, que o risco é “fortemente influenciado por valores e crenças sociais” (Areosa, 2008, pg.4). Para Luhmann (1993), devemos falar de riscos quando possíveis danos são consequências da própria decisão, de outra forma, deve-se falar de perigos quando se considerar que os danos ou perdas cujas causas estão fora de controlo.

Por seu turno, Michel Foucault (2008) traz a perspectiva governamentalista do risco, que trabalha a questão do risco sob a óptica do poder, e tenta entender como as “sociedades modernas são controladas e organizadas de forma a permitir a participação dos seus cidadãos” (Lupton, 2006,13). Assim, essas são, segundo Lupton, as três perspectivas teóricas da sociologia do risco: i) sociedade de risco, cujos dois maiores teóricos são Beck e Giddens; ii) perspectiva culturalista, impulsionados por Douglas e Wildavski; e a iii) perspectiva governamentalista de Foucault (*ibidem*).

Por seu turno o pesquisador Jens Zinn, da University of Melbourne, identifica além das perspectivas que Lupton se refere, a de sistemas de teorias (systems theory) de Luhmann 1993, e a de (edgework) de Lyng (2005). Segundo o mesmo autor, existem discussões sobre qual a perspectiva que melhor serve para entender o fenómeno do risco

em domínios sociais específicos e qual poderá melhor explicar as transformações sociais das sociedades pós-modernas (Zinn, desconhecido).

Segundo Beck (2002), o risco “é o enfoque moderno da previsão e controlo das consequências futuras da acção humana, as diversas consequências não desejadas da modernização radicalizada” (Beck, 2002, p.5). Assim, segundo este autor o “risco pode ser definido como um modo sistemático de lidar com perigos e inseguranças da própria modernidade” (ibidem, p.21). Esta definição de Beck é muito contestado por alguns autores que o criticam por colocar em demasia a enfâse sobre a modernidade ao considerar que “os riscos, em oposição aos antigos perigos, são consequências que se relacionam com as ameaçadoras forças da modernização e de sua globalização da dúvida” (ibidem, p. 21).

Independentemente da forma como as sociedades vivenciaram o período industrialização e a modernizadade, uma característica fundamental deste novo contexto social é a sua globalidade, ou seja, todas as sociedades de uma forma ou de outra estão implicadas nesse novo processo. Dentro deste cenário nenhuma sociedade deve ser rotulada de “tradicional” ou de “pré-moderna”, ou seja, há uma “pluralização da modernidade”. Os riscos são assim vistos como elementos centrais e constitutivos das sociedades cujos “efeitos são desconhecidos a longo prazo e não podem ser avaliados com precisão” (Azevedo, 2008, pg. 718).

Beck, Giddens e Lash (1995), consideram que a modernidade tardia cria um paradoxo entre o progresso e o risco. Segundo esses autores deve-se distinguir as “bases da modernização com as conseqüências da modernização do aumento do conhecimento e da cientificação no sentido da auto-reflexão sobre a modernização” (Giddens, Beck e Lash, 1995). A abordagem da sociedade de risco parte do princípio de que as novas tecnologias e os riscos ambientais têm um forte impacto na formação das sociedades contemporaneas, e a enfâse é colocada na proliferação dos riscos. Analisando os riscos dentro da teoria social, esses autores consideram que,

“(...) o conceito de sociedade de risco designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial. Isto levanta a questão da autolimitação



daquele desenvolvimento, assim como da tarefa de redeterminar os padrões (de responsabilidade, segurança, controle, limitação do dano e distribuição das conseqüências do dano) atingidos até aquele momento, levando em conta as ameaças potenciais. Entretanto, o problema que aqui se coloca é o fato de estes últimos não somente escaparem à percepção sensorial e excederem à nossa imaginação, mas também não poderem ser determinados pela ciência.” (Giddens, Beck e Lash, 1995)

Por outro lado, na concepção de Lupton, “nada constitui um risco por si mesmo, já que o que nós entendemos como um risco é um produto contingente de "modos de olhar" (Carvalho, 2004, p. 673). Assim, o risco não pode ser analisado como algo em si, mas resultante de interações sociais e portanto fortemente influenciado por valores e crenças sociais. Neste trabalho, o risco é discutido tendo em conta o contexto social e cultural na qual ele é contruído e, porque não, negociado. Analisaremos ao longo deste trabalho o risco sob três pressupostos: i) a inserção do país globalização e a conseqüente importação dos riscos; ii) a normalização dos riscos pelos governos através de políticas públicas; e iii) os riscos enquanto conseqüência das escolhas pessoais, e como tal as pessoas percebem-os e cuidam-se.

## **2.2. Reflexibilidade e o pós-colonialismo – duas narrativas importantes neste debate**

Para alguns teóricos do risco, a sociedade hoje não é necessariamente mais perigosa que as anteriores o que a diferencia é a capacidade de trazer a reflexão para si mesma. Esta característica é denominada de reflexibilidade, e é ela que permite a sociedade de ter a autoconsciência dos seus limites e das suas contradições. Isso faz com que a sociedade passe pensar a si “própria como tema e problema” (Beck, Giddens e Lash, 1997, p.19). A reflexibilidade permite-nos assim, através das ciências sociais transpor o debate sobre os riscos para outros contextos e realidades. Os perigos já não estão circunscritos a um determinado espaço, mas algumas das decisões individuais (grupos ou países) tem consequências globais (Beck, p. 1992). Tendo por base esse conceito, proponho trazer a “reflexão para si”, ou seja, para este espaço específico, que é o “meu território” de estudo, e para o campo da alimentação.

A teoria do risco tem sido muito utilizada para se analisar “como o risco é entendido, tratado e experienciado com base na experiência das sociedades ocidentais contemporâneas” (Lupton, 1999). Neste sentido, apesar de se considerar as características como a globalidade e a pluralização da modernidade e a multiplicidade de aplicação desta teoria ela não tem sido muito utilizada para em análises de contextos não-ocidentais. Falar em Ocidental e não Ocidental remete-nos necessariamente a alguns teóricos pós-coloniais que, sem fazer um debate aprofundado, gostaria de trazer para essa reflexão como forma de nos ajudar a entender mais facilmente uma questão: Como falar e aplicar a teoria de riscos, num país como Cabo Verde: um país insular, situado no continente africano e que segundo a história que nos é contada foi descoberta desabitada pelos portugueses e que passa a ser importante interposto de comércio de escravos e miscigenação, que por múltiplas vezes vê a sua população dizimada pelas fomes devido às secas e escassez de alimentos, que tem uma proporção da população teve de emigrar de forma forçada ou voluntária, e que importa mais de 85% das suas necessidades básicas (alimentos, combustíveis, etc.)?

Intelectuais como Homi Bhabha, Edward Said, Stuart Hall e Paul Gilroy, estão na origem de uma nova abordagem que vai tentar situar o conhecimento e fazer dos sujeitos, que não fazem parte do mundo classificado de “Ocidental”, agentes da sua própria história. Enquanto agentes, esses sujeitos localizam o saber, partindo do

princípio de que “o lugar de onde se vê (e se fala) – a perspectiva – determina nossa visão (e nossa fala) do mundo” (Haraway, 1995, p. 14). Tais teorias tendem a sugerir que a perspectiva dos subjugados representam uma visão privilegiada da realidade. Os estudos pós-coloniais têm demonstrado como os discursos e a própria forma como a história é contada pode mudar toda uma perspectiva. Edward Said, por exemplo, apropria-se da noção de discurso de Michel Foucault para demonstrar que o “Oriente não era (e não é) um tema livre de pensamento e de ação” (1990, p.15). Ou seja, o “oriente” não é o agente (*agency*) neste contexto.

Ella Shohat (1992), uma das precursoras nas discussões sobre a teoria pós-colonial, argumenta que o termo pós-colonial vem trazer uma ideia de movimento e surge num momento de viragem ou fim de um ciclo histórico nas teorias sociais com o pós-estruturalismo, pós-feminismo, pós-modernismo. Na sua análise, Shohat considera que o uso do termo teoria pós-colonial é paradigmático, no sentido que toda teoria construída após o processo da independência das colônias podem ser consideradas de pós-colonial, e falar da independência não significou o fim da hegemonia de um “primeiro mundo”. Assim, defende que o posicionamento geográfico e a perspectiva têm de ser considerados.

Por seu turno, Stuart Hall considera que a teoria pós-colonial vem marcar uma nova forma de analisar as novas relações/disposições de poder que estão a emergir. E falar em poder neste contexto exige vê-lo não apenas numa perspectiva descendente, mas também numa perspectiva de análise ascendente. E ainda, no contexto da teoria pós-colonial não se pode deixar de lado o poder dos discursos construídos e que modela(ram) todo o conhecimento.

O conceito pós-colonial refere a um “processo geral de descolonização em que, como a própria colonização, tem marcado as sociedades colonizadas tão dramaticamente como as colonizadoras” (Hall, S.D, p. 567). O pós-colonial não se baseia em etapas, ou seja, as relações com o período colonial não desaparecem. Não se pode falar da teoria pós-colonial fazendo uma separação como se os efeitos do colonialismo tenham desaparecido, e como se essa fase da história deva desaparecer ou ser esquecido. Na “narrativa pós-colonial a colonização assume o seu lugar e a sua importância como um grande evento histórico mundial, estendido e de muitas rupturas” (ibidem, p. 571).

Toda essa reflexão sobre a teoria pós-colonial tem girado em torno do binarismo entre a periferia e o centro e o rompimento com estereótipos e categorias que foram contruídos durante anos e que tem alimentado toda uma estrutura de poder. A teoria pós-colonial não deve criar um discurso “monolítico”, fazendo uso da expressão de Mohanty (2008), mas antes deve possibilitar aos intelectuais de mudar a gramática quando abordam e analisam os países que durante séculos estiveram “do outro lado”.

Porquê trazer o pós-colonialismo para este debate sobre riscos e hábitos alimentares? Essa análise não diz respeito apenas a situar o conhecimento, que considero de extrema importância para justificar as opções teóricas e o direccionamento desta pesquisa, mas também permite analisar o risco numa perspectiva de um país não produtor mas receptor onde se coloca a questão da “liberdade de ação”, mencionada por Said. Além disso, essa teoria permite ver os riscos numa outra perspectiva e ajuda a analisar as novas desigualdades internacionais (Beck, 1992), numa perspectiva de que são novas porque não correspondem necessariamente às antigas dicotomias entre metrópole e periferia. Apesar de concordar com Beck, sobre as novas formas de desigualdades internacionais, não se pode retirar da fórmula o binarismo entre ser metrópole e periferia, e a própria relação de poder desse debate. O argumento que trago para aqui é o seguinte; se os riscos são consequências da industrialização, se a metrópole e a periferia tiveram um papel bem diferenciado nesse processo, então faz sim todo sentido falar das dicotomias antigas. Haveriam *n* factos que poderiam me ajudar nesse argumento. Porém, retomo a questão do DDT e centrando no “meu território”.

Na década de 70 após a proibição do DDT na maioria dos países da Europa e nos Estados Unidos, estes continuaram a ser vendidos e “doados” aos países do “terceiro mundo”, sobretudo para o combate a malária. De referir que, além do combate aos mosquitos, este produto continuava a ser usado nesses países na agricultura e também em outros fins<sup>5</sup>.

Em 2002, uma quantidade incerta de DDT doada a Cabo Verde, pela Organização

---

<sup>5</sup> Em Cabo Verde havia o hábito da utilização do DDT no combate aos “piolhos e lendias” (parasita que se hospeda no couro cabeludo dos humanos e outros mamíferos), sobretudo nas crianças. Misturava-se o DDT com a vaselina e era colocado em boa quantidade nos cabelos durante a noite e depois amarrava-se um lenço e no dia seguinte lavava-se o cabelo para que o excesso de vaselina e DDT fossem retirados e com o auxílio de um pente fino os “piolhos e a lendias” mortas eram retirados da cabeça. O DDT era assim muito eficaz, pelo menos durante alguns dias ficava-se livre das parasitas, e este era um método muito barato. Tanto o DDT como a vaselina eram vendidos a retalho e a gosto/bolso do freguês.

Mundial da Saúde, para o combate aos mosquitos desapareciam dos depósitos do Ministério da Saúde. A quantidade não conseguimos apurar, uma vez que os numeros variam entre 6-4 toneladas, segundo os meus informantes, mas no relatório constam que eram uma tonelada. Só se soube do desaparecimento do DDT quando uma equipa da Holanda, a pedido do Ministério da Agricultura que já tinha feito o inventário para a retirada do país dos chamados pesticidas obsoletos da qual incluía o DDT, chegou ao país para a sua destruição.

*“Quando fomos fazer o inventário em 2001 detectamos que haviam neste depósito 5 toneladas de DDT, que foi doado pela OMS. Esta quantidade era extremamente elevada se compararmos a necessidade de DDT para o combate a mosquitos. Nesta época, uma vez que o DDT tinha sido proibido o seu uso na agricultura, não por lei interna mas porque o FAO a tinha banido, submetemos um projecto à Holanda<sup>6</sup> que foi prontamente financiado. Desde os anos 80 que foi aconselhado o não uso do DDT na agricultura em Cabo Verde. Tínhamos a responsabilidade de fazer o inventário e uma empresa holandesa viria recolher, inclusive a terra contaminada, e faria a sua reembalagem e transporte para Holanda onde seria destruído. Apenas em 2003, devido a alguns atrasos relacionados com o projecto, que a equipa Holandesa chegou ao país para recolher o material inventariado. Para a nossa surpresa, todo material que estava nos depósitos do Ministério da Saúde em Chã d’Areia, ao lado da Telecom, tinha desaparecido. Acredito que as pessoas, responsáveis (guardas sobretudo) pelo armazém tinham o hábito de vender parte do DDT para os agricultores, uma vez que não há outro uso, digamos assim... económico, que poderia ser dado ao DDT senão à agricultura, e ao saberem que haveria a destruição deste DDT, logo resolveram sumir com todo o stock. Na época nenhuma deligencia foi feita para se saber quem era o culpado. Esse produto nunca foi recuperado” (Informante, entrevista 30 de Março 2013).*

---

<sup>6</sup> Nome do projecto - “Projecto de eliminação dos resíduos de pesticida”

Os efeitos da globalização dos riscos não são lineares. Este extrato da entrevista ajuda-nos a analisar essa não linearidade e a dicotomia entre a metrópole e a periferia, anteriormente colocada. A nova configuração dessa relação de poder assume outros discursos, movidos pela ideia de desenvolvimento, que é visto diferentemente pelos que recebem o desenvolvimento e os que promovem o desenvolvimento. A libertação das colónias trouxe um novo discurso em torno do desenvolvimento, onde a ideia de globalidade passa a reinar e é directamente relacionado com o conceito de economia global, e a periferia é chamada a ter um papel mais proactivo em discussões a cerca de problemas “globais”. Este auxíla no sentimento de pertença a categoria de “modernidade”. Este termo acaba por ser utilizado para demonstrar uma evolução ou uma mudança que acaba por distinguir os que seguem rumo ao desenvolvimento e consequentemente ao progresso (com uma conotação Darwiniano). Porém, essa “modernidade” não significa para esses países uma liberdade de acção, no *lato sensus*, usando o termo de Said, mas uma certa imposição. Outro ponto interessante, é que os mesmos produtores dos riscos e perigos acabam por identificar e interferir para diminuir os seus efeitos. Parece paradoxo, mas não é, isso faz parte da lógica da modernidade tardia. Segundo Mitjavila (2002), com a “gestão de organismos internacionais, o risco como conceito e como dispositivo não reconhece fronteiras nacionais ou culturais” (2002, p. 135).

Com o discurso de proteger a saúde e reduzir as mortes por malária, riscos e perigos são introduzidos sem que sejam percebidos da mesma forma. Em Cabo Verde, apesar do uso do DDT na agricultura, até 2005 não houve nenhuma legislação que proibisse a sua utilização. Neste ano, o país adere a Convenção da UNEP (Agência das Nações Unidas para o Ambiente)<sup>7</sup> sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes (POP’s), da qual inclui o DDT e uma série de normativos e regulamentos começam a ser produzidos para regular a importação e a utilização dos POP’s.

---

<sup>7</sup> Adere através do Decreto: 16/2005 de 19 /12/2005 - B.O - I Série, nº 51 e Ratifica em 1 de Março de 2006, esta convenção que defende sete resoluções a saber: i) o princípio da precaução; ii) obrigações de financiamento como auxílio, de países desenvolvidos a países em desenvolvimento; iii) eliminação dos POP’s produzidos intencionalmente, existentes e futuros, com excepção do DDT, sendo autorizado o seu fabrico apenas para controlo de insectos transmissores de doenças (malária); iv) a eliminação, como objectivo último, dos sub-produtos orgânicos persistentes (dioxinas, furanos e hexaclorobenzeno); v) a gestão e deposição sustentáveis de POP’s; vi) limites estritos e interdições ao comércio de POP’s; vii) reservas limitadas e transparentes: a maior parte das reservas à Convenção – ou seja, excepções à sua aplicação – são específicas para certos países ou certos químicos.

Para Douglas (1992), existe uma abordagem ecológica do risco que identifica a diferença entre o perigo e risco no processo de alocação da responsabilidade, o perigo é tido como uma variável independente e a resposta das pessoas uma variável dependente. Esta distinção entre perigo e risco é importante, podemos dizer que quem vendeu o DDT aos agricultores sabiam das consequências futuras ou do risco que a população podia correr, ou sabia do perigo, mas não do risco? A diferença entre riscos voluntários e riscos involuntários está associado à liberdade de escolhas dos indivíduos em enfrentarem ou não um determinado risco. Até que ponto existem informações suficientes para guiar as escolhas neste contexto? Será que podemos identificar este caso como risco, ou teremos que dizer que a aplicabilidade da teoria risco não deve ser tão linear ao falarmos de contextos como Cabo Verde? Na verdade o DDT acaba por representar um perigo à saúde, e mesmo o país poderá estar a conviver com consequências deste perigo. Até que ponto as autoridades perceberam o risco de deixar 6-4 toneladas de DDT a ser utilizado para agricultura, sem ao menos saber onde e como?

Um estudo sobre os resíduos de pesticidas nos produtos agrícolas em Cabo Verde, revela que a existência de resíduos de DDT, apesar da quantidade não ser excessiva. Este estudo revela ainda que o DDT continua a ser usada na agricultura, sobretudo na ilha de S. Antão, *“The soil samples showed some residues with DDT which may be related to earlier contamination. In one case, however, there is a strong indication for a fresh and illegal use of DDT on the island of S. Antão”* (FAO, 2013, 9). Por outro lado, os tumores e neoplasias estão entre as três primeiras causas de morte em Cabo Verde nos últimos anos (p.ex. em 2011 foram 338 mortos e foi a segunda causa de morte).

Esta questão do DDT, nesta análise sobre a alimentação, remete-nos ainda para o debate sobre a produção e o consumo alimentar, fazendo-nos sair de um debate simplesmente sobre a percepção de riscos e hábitos alimentares e estabelecer a relação entre a produção e o consumo. Tentamos assim, estabelecer uma relação entre o que sai da terra e o que vai para mesa. Um aspecto que tem sido levantado nas reflexões sobre a alimentação e a pós-modernidade, é a preocupação com a sustentabilidade sócio-ambiental e as relações do indivíduo com a natureza, ao tentar estabelecer vínculos entre a produção do alimento e o seu consumo. Seguindo a permissão de que o risco é um produto contingente de "modos de olhar", constata-se que existem diferentes formas de

se enfrentar algo quando existe a probabilidade de algo vir a acontecer no futuro. Um estudo levado a cabo pelo Ministério da Agricultura sobre os poluentes orgânicos persistentes revela que:

*“a maioria (dos agricultores) considera a utilização de pesticidas indispensável, uma vez que a sua eliminação traduziria numa diminuição drástica da produção e para algumas culturas será praticamente (como repolho, cenoura, couve, cebola, etc.) irreal pensar no seu cultivo. (...) a maioria dos agricultores declararam conhecer os perigos que o uso de pesticidas em geral pode trazer para a saúde de quem os manipula e para os consumidores. Apesar disso, nota-se que existem lacunas quanto ao conhecimento dos riscos da utilização dos produtos químicos”. (MAAP, 2007)*

Por outro lado, o inventário sobre os pesticidas deteriorados, obsoletos, caducados, revela que estão directamente correlacionados com as zonas de maior concentração de agricultores. Ainda, de realçar que os agricultores representam uma importante percentagem da população pobre em Cabo Verde (14% da população activa, segundo o Inquérito ao Emprego 2012, INE).

No contexto de importação de riscos e de novas disposições de poder, a percepção e as medidas de controlo dos riscos ganha contornos diferente dos países produtores de riscos. As políticas públicas de resposta aos riscos acabam assim por ser importadas e impostas. È neste quadro, que o capítulo a seguir analisa as políticas alimentares em Cabo Verde.



### **III. A agenda pública de Segurança alimentar**

“As políticas públicas são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas” (Gelinski et Seibel, ND, p. 228,). O relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento “A política das políticas públicas” destaca sete características essenciais das políticas públicas: i) Estabilidade - em que medida as políticas públicas são estáveis no tempo; ii) Adaptabilidade: em que medida podem ser ajustadas quando falham os quando as circunstâncias mudam; iii) Coerência e coordenação: em que medida as políticas são compatíveis com as outras políticas afins e resultam de ações bem coordenadas entre os actores que participam de sua formulação e implementação; iv) Qualidade da implementação e acção efectiva; vi) consideração do público: em que grau consideram o interesse do publico; vii) eficiência: em que medida as políticas refletem a alocação de recursos escassos e que assegure retornos sociais elevados.

O processo de formulação tem um impacto na qualidade das políticas públicas (BID, 2006, p. 9), que por sua vez terá reflexos na apropriação por parte dos actores dessa política pública, na afectação dos recursos e na própria implementação. Por outro lado, a forma como as políticas públicas respondem às expectativas dos agentes sociais e económicos é importante. O relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento traz uma questão muito interessante e que está relacionado com o que os autores denominaram de “receitas de políticas universais”. A formulação de uma política pública deve levar em conta o contexto e a realidade institucional e social na qual vai ser implementada. É importante ver como as políticas públicas são formuladas para atender os resultados.

A formulação das políticas públicas nos países menos desenvolvidos tem sido feito através de um processo de “fora”, onde as instituições internacionais realizam os estudos necessários e procuram impor a orientação aos países beneficiários. A assistência técnica internacional vem revistido do fundamento da falta de habilidades necessárias a nível nacional, e os padrões de desenvolvimento baseiam-se na imagem dos países desenvolvidos.

Deve-se realçar que as políticas públicas são respostas contingentes a situação de um país e originam de dentro do sistema (BID, 2006, p. 11). O impacto das políticas públicas depende não apenas do seu conteúdo específico mas também de algum dos seus aspectos genéricos. Os partidos políticos, ao participarem do processo eleitoral transferem a visão deles sobre os principais problemas ou assuntos da sociedade e normalmente os transforma, em manifestos eleitorais. No caso do partido vencedor das eleições, o seu manifesto eleitoral normalmente é traduzido no seu programa do governo.

Dado o grande volume de decisões e a incapacidade de lidar com todas as questões ao mesmo tempo, a atenção dos formuladores de políticas “depende da forma como eles as percebem e as interpretam mais importantes, da forma como elas são definidas como problemas” (Capella, 2006, p. 26). Do ponto de vista da estratégia política, a definição do problema é fundamental. A forma como um problema é definida, articulada, concentrando a atenção dos formuladores de política “pode determinar o sucesso de uma questão no processo altamente competitivo de agenda-setting” (ibidem).

Assim, este capítulo analisa as políticas de alimentares tendo por base o processo de definição, o discurso e da gramática que estão por detrás.

### **3.1. A política de segurança alimentar e a configuração do consumo**

#### **3.1.1. A produção agrícola e o consumo alimentar**

Cabo Verde é um país fortemente marcado por escassez alimentar e fomes recorrentes que chegaram a matar mais da metade da sua população no período antes da independência. A configuração do sistema alimentar é caracterizado por uma forte dependência do mercado externo para se abastecer em bens alimentares e por uma fraca capacidade de produção alimentar, derivado em grande medida de uma política agrícola implementada durante o período colonial que não permitiu que a terra fosse um recurso para a população das ilhas. Apesar do aumento e da diversificação da produção agropecuária, o país continua ainda fortemente dependente das importações alimentares.

Uma análise muito breve da importação alimentar demonstra que, nos últimos doze anos, o país quase que triplicou o montante em dinheiro que é disponibilizado para importação de alimentos, apesar de que a quantidade aumentou em aproximadamente 60%. Isso pode estar relacionado com o aumento dos preços dos produtos alimentares ou ainda com a mudança no tipo de produtos que são adquiridos. Apenas para ilustrar a importação de frutas quadruplicou entre 1998 e 2011. Estes dados ilustram a dependência do país face às importações e algumas mudanças nos hábitos de importação alimentar. Novos produtos foram incorporados à cesta alimentar e denota-se mesmo um aumento gradual na importação dos chamados “alimentos de luxo” (caviar, salmão defumado, etc.).

**Tabela 1.** *Evolução das importações (1998-2011)*

Ano	Montante (ECV)	Peso (Toneladas)	Importação de frutas (toneladas)
1998	6,236,591	121,567	1,506
1999	6,712,172	135,159	1,959
2000	6,331,530	115,527	2,533
2001	7,866,543	124,871	2,004
2002	7,774,979	123,674	2,154
2003	8,190,068	144,826	2,284
2004	9,005,742	172,569	2,302
2005	9,489,216	156,415	2,372
2006	11,260,128	160,378	4,067
2007	12,779,176	209,398	4,380
2008	14,118,544	192,385	5,003
2009	13,795,802	224,591	5,699
2010	14,284,509	166,902	5,946
2011	15,990,052	171,317	5,434

Fonte: Dados Importação Alfandega, sistematizado pelo autor

A produção interna dos alimentos tem aumentado nas últimas décadas. Este aumento é acompanhado por um discurso político em torno do processo de modernização da agricultura desencadeada a partir da década de 90 que é reforçada em 2001 com a subida ao poder do PAICV<sup>8</sup>. O programa do Governo para a legislatura 2011-2016 revela que,

“(…) Os esforços de modernização da agricultura estão a dar os seus frutos. A produção agrícola está em ascensão. Os preços de géneros alimentícios produzidos localmente estão, em alguns casos, a baixar.

<sup>8</sup> Partido Africano para a Independência de Cabo Verde

Estas realidades no sector devem-se aos substanciais recursos que investimos em barragens, em diques para mobilização de água, bem como à facilitação para adopção de técnicas de cultivo modernas, incluindo a rega gota-a-gota. Hoje, temos uma maior área irrigada” (Programa do Governo, 2011, pg.2).

O discurso de uma “nova agricultura” tem sido amplamente defendido, tendo a aposta do Governo se concentrado na mobilização da água para o aumento da área irrigada, a diversificação das culturas, e o reforço da cadeia de valores dos produtos agrícolas.

“O governo continuará também a promover a modernização da agricultura, mobilizando cerca de 75.000.000 de metros cúbicos de água até 2016 com a construção de 17 barragens, expandindo a superfície irrigada para 3070 hectares, incluindo cerca de 1820 hectares com sistema de rega gota-a-gota, fomentando o aumento da produtividade e da produção e o agronegócio. Também se pretende instalar 50 estufas e culturas hidropónicas de 500 m<sup>2</sup> cada, com capacidade de produção de 520 t/ano de produtos de alta qualidade. Iremos dar uma atenção especial à pecuária como sector importante na luta contra a pobreza, nomeadamente, na diversificação da pecuária e no melhoramento de raças, através da inseminação artificial das principais espécies. A produção de pasto será uma aposta grande para a melhoria da alimentação do gado e da modernização da pecuária familiar” (ibidem, p. 14).

Esse discurso necessariamente espelha a política pública que é delineada. A Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)<sup>9</sup>, já se encontra na sua terceira geração, e é

---

<sup>9</sup> Em Dezembro de 1999, os Conselhos Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial aprovou um novo instrumento político, o Documento de Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP- Poverty Reduction Strategy Paper), que foi projetado para servir como um documento quadro para empréstimos concessionais. Especificamente, os PRSPs foram concebidos como uma base para o alívio da dívida externa no âmbito da iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), iniciado em 1996 e reforçado em 1999. O PRSP é visto como uma abordagem baseada em novas parcerias para o desafio da redução da pobreza em países de baixa renda. Essa estratégias são de propriedade nacional e devem estar no centro das políticas públicas nacionais. Para o FMI essa nova estratégia de crescimento e redução da pobreza vem substituir o mecanismo de ajustamento estrutural.

Para os Conselhos do FMI e do Banco Mundial, em suas respectivas áreas de responsabilidade, o conceito do PRSP não deve ser visto como "o instrumento macroeconómico dominante", mas sim como o instrumento dominante para a redução da pobreza. A abordagem também enfatiza o princípio de que as estratégias de redução da pobreza a nível nacional devem promover parcerias internas e externas que melhoram a eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Muitos doadores bilaterais também se juntaram a essa iniciativa. Uma das características do PRSP é de que devem ter um quadro analítico, integrando as questões macro-económicas, estruturais, sectoriais e de ordem social, que deverão estabelecer um conjunto de medidas de políticas de redução da pobreza, e que deve abranger um período inicial de três anos.

o documento que traduz em termos de políticas públicas toda visão do Governo para a gestão do país num determinado período. O DECRP-I identificou áreas cruciais para intervenções de políticas para facilitar o crescimento e a redução da pobreza, (i) crescimento e estabilidade macroeconómica; (ii) descentralização; (iii) emprego; (iv) agricultura; (v) sectores produtivos com alto efeito multiplicador na geração de emprego; (vi) redistribuição e protecção social; e (vii) meio ambiente. Para o DECRPII, a agricultura continuou a aparecer como um dos pilares para o desenvolvimento do país, tendo em conta a proporção de população pobre que laboram no sector agrícola e a visão política de ter uma agricultura que seja capaz de servir ao sector turístico. Alíás, esse direccionamento ao sector do turismo, acaba por ganhar cada vez mais força, tendo sido incorporada cada vez mais ao discurso a necessidade de “melhorar a qualidade e a apresentação” tendo em conta o potencial que o mercado turístico apresenta.

A Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRPIII), incorpora a visão do Governo para a agricultura e a estabelece como um dos clusters<sup>10</sup>, a do “agronegócios”, estratégicos para o crescimento e a redução da pobreza em Cabo Verde. Segundo o documento, “os investimentos no sector agrícola - mobilização de água, facilitação do acesso dos agricultores ao crédito através de microfinança, promoção da irrigação gota a gota e apoio à extensão rural - desempenharam um papel substancial na redução da pobreza e crescimento dos *outputs* e rendimentos agrícolas, embora a taxa de pobreza continue mais alta nas áreas rurais”. Por outro lado, reconhece e propõe uma “mudança de paradigma tendo em conta investimentos crescentes no sector e as expectativas de que a agricultura se torne num sector prioritário considerando o impacto potencial na criação de emprego e redução da pobreza” (DNP, 2012, p.12).

Segundo um inquérito levado a cabo pelo Instituto Nacional de Estatísticas em 2001/2002, o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRFII) que pesquisa o consumo das famílias, 80% dos alimentos consumidos pelas famílias caboverdeanas provêm da compra e o autoconsumo representa apenas 5%. Considera ainda que, existe uma relação directa entre o nível de rendimento e o consumo alimentar. Segundo os dados desse inquérito, os hábitos alimentares mudaram muito no período entre 1989 e

---

<sup>10</sup>Racionalizou as prioridades estratégicas em torno de uma matriz apresentando os sete clusters motrizes da competitividade – economia marítima, aero negócios, tecnologia de informação e comunicação, serviços financeiros, economias criativas, turismo e agronegócios. Especificamente, a agenda aponta para construção de uma economia diversificada e produtiva através do desenvolvimento de *clusters* de competitividade baseados num modelo de crescimento sustentado pela dinâmica do sector privado, e que possibilite a transformação das vantagens comparativas em vantagens competitivas (Ministério das Finanças, 2012,4,13).

2001/2002.<sup>11</sup> Apenas como exemplo, o milho que é o único cereal produzido no país deixou de ser o principal cereal consumido em detrimento do arroz e do trigo (INE, 2003).

### 3.1.2. As ajudas alimentares

Um outro factor que consideramos ter tido uma contribuição muito importante na configuração dos hábitos alimentares dos caboverdeanos, são as ajudas alimentares. Segundo Maluf (2007), a prática de exportação de excedentes agrícolas de países como Estados Unidos da América para “países pobres” contribuíram para introduzir novos hábitos nos países receptores das “ajudas”. Pode-se, no caso de Cabo Verde, ver o consumo do arroz e da farinha de trigo que actualmente representam a base da dieta dos caboverdeanos e que foram introduzidas através das ajudas alimentares. Na década de 80, cada caboverdeano consumia em média 53Kg/ano de milho e menos de 10Kg/ano de arroz. Em 2000/01 a norma do consumo era de 57Kg de arroz contra 33kg de milho. O arroz, justificam os comensais *“coze mais rápido e adequa-se ao estilo de vida actual. Não temos muito tempo para estar na cozinha. Além disso, não gasta muito gás”* (participante no focus group).

A liberalização do mercado na década de 90 e a “reviragem” na política agrícola do país são outras duas causas dessa mudança de hábitos. Esse processo de liberalização ou internacionalização do mercado trouxe uma “deslocalização dos alimentos”, ou seja, alimentos de diferentes espaços geográficos e culturais passam a figurar da dieta das famílias e dos indivíduos em espaços locais (Pelto et al., 1983), ou seja, a “modernidade” acaba por conectar as cadeias alimentares de praticamente todo o mundo e traz consigo transformações nas relações sociais, na economia, na política e nos estilos de vida dos indivíduos (Beck, 1992).

Em Cabo Verde, 80% dos alimentos são importados e paulatimente a lista de produtos importados tem sido diversificada e agrega cada vez mais produtos industrializados. Por seu turno, o sistema de controlo de qualidade é considerado ainda incipiente e o país está perante uma situação de transição nutricional, ou seja, com problemas provocados

---

<sup>11</sup> Período em que foram feitos os dois inquéritos sobre consumo IDRF I e IDRF II.

tanto pela deficiência de alimentos como pelos excessos ou má escolha. Este novo cenário pode ser analisado a partir do perfil epidemiológico do país com o incremento das doenças crônicas não transmissíveis como por exemplo, as diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares (Ministério da Saúde, 2007). Segundo o IDRFII, 41% da população cabo-verdiana tem um consumo calórico inferior as necessidades energéticas mínimas requeridas para o país (1760 Kcal/pessoa/dia). Esse percentual é maior no meio urbano (46%) que no rural (38%), apesar de no meio rural as pessoas que apresentam carência alimentar tem um consumo energético muito menor da que residem no meio urbano (INE, 2007). Por seu turno, a desnutrição infantil, um dos indicadores de monitoramento da situação da segurança alimentar de um país, reduziu-se pela metade (Relatório ODM, 2009). O peso da alimentação tende a cair drasticamente na estrutura de despesas das famílias à medida que aumenta o nível de rendimento das famílias. Nas famílias mais pobres ela representa 56% do total das despesas enquanto para as famílias de rendimento mais elevado, esta componente representa apenas 25%. Entre os pobres, a proporção das despesas em produtos alimentares tende a diminuir substancialmente à medida que aumenta o nível de instrução do chefe, com 54% para os chefes sem instrução contra 26% entre os chefes com o pós-secundário (INE, 2003).

### 3.2. A segurança dos alimentos

A elaboração de estratégias alimentares nacionais remontam o período pós primeira guerra mundial, em que as discussões sobre segurança alimentar giravam em torno da temática da disponibilidade alimentar, tendo em conta os períodos de escassez de alimentos e a necessidade das políticas públicas se centrarem em prover alimentos em quantidade suficiente para alimentar a população. Com o passar do tempo o conceito evoluiu e passou a abarcar outros elementos que não apenas a disponibilidade alimentar, isso tendo em conta a necessidade de reviragem do conceito. Em 1996, a FAO realiza a Cimeira Mundial da Alimentação com o objectivo de exortar os países para a aplicação de uma política pública de segurança alimentar e nutricional que permita reduzir a quantidade de população desnutrida e que passa fome. Nesse contexto, foi adoptado a seguinte definição de segurança alimentar: “Existe segurança alimentar quando todas as pessoas têm a todo momento acesso físico e económico a alimentos são e nutritivos para satisfazerem as suas necessidades alimentares afim de levarem uma vida sã e activa” (FAO, 1996). A cimeira ainda definiu que:

(...)“cada país deverá adoptar uma estratégia, segundo os seus recursos e capacidades, para alcançar os próprios objectivos e ao mesmo tempo cooperar, no plano regional e internacional, na organização de soluções colectivas dos problemas mundiais de segurança alimentar. Num mundo de instituições, sociedades e economias cada vez mais ligadas, é imprescindível coordenar os esforços e compartilhar as responsabilidades. (...) A comunidade internacional e o sistema das Nações Unidas, incluindo a FAO, assim como outros organismos e órgãos, de acordo com os seus mandatos, têm que contribuir, de maneira importante, para a aplicação do Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação. O Comité de Segurança Alimentar Mundial (CFS) da FAO tem a responsabilidade de acompanhar a implementação do Plano de Acção. (Declaração da Cimeira Mundial da Alimentação).

É interessante verificar como é que os organismos internacionais formulam os “*guidelines*” – faço uso dessa palavra propositadamente em inglês por considerar que ela traduz na integra o fenomeno relaccionado com as directrizes que são dadas para a elaboração das políticas públicas – e estes são implementadas nos países em desenvolvimento. No que tange a questão alimentar, segundo Mabel (2005) a intervenção dos Organismos internacionais na elaboração de padrões alimentares, standards dietéticos e recomendações nutricionais tem adquirido um lugar central no



desenho das políticas públicas nestes países. Por outro lado, os documentos de política, elaborados com “ajuda” dos países doadores acabam por guiar a implementação de políticas e são utilizados como instrumentos de mobilização dos recursos. A dependência da ajuda pública ao desenvolvimento acaba assim por direccionar as lógicas sociais e políticas (Delville e Abdelkader, 2010).

Assim, conjuntamente com um grupo de países do Sahel, tendo como base essas “receitas de políticas universais” para a segurança alimentar, o país elaborou a primeira Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA 2002-2015). No documento de um dos programas de implementação do ENSA, pode-se ler “Com a adesão de Cabo Verde aos desafios lançados na Cimeira Mundial da Alimentação, Roma, 1996, o PND<sup>12</sup> 1997-2000 estabeleceu a nova política de segurança alimentar definida à luz dos princípios e dos conceitos básicos defendidos nessa Cimeira” (DSSA, 2011, p. 19). Assim, a ENSA, espelha:

“O objectivo global do Governo no respeitante a segurança alimentar é pois de garantir que todos os cidadãos tenham, a todo o momento, disponibilidade suficiente de alimentos com qualidade e variedade adequadas; acesso físico e económico aos alimentos necessários através da produção própria, compras, trocas, ofertas, etc., e que as pessoas devem ser capazes de utilizar os alimentos de modo que assegure que cada membro receba e absorva os nutrientes adequados as suas necessidades, para que tenha uma vida activa e saudável” (ENSA, 2002, p. 19-20)

Esta nova abordagem vê a segurança alimentar além da questão da disponibilidade/quantidade e agrega outras componentes como a estabilidade do mercado e a de segurança dos alimentos. Assim, a segurança alimentar refere-se ao acesso à alimentos de qualidade e em quantidade suficiente com respeito à diversidade cultural e questões ambientais. Este conceito é assim colocada sob a óptica dos direitos. Por seu turno, a segurança dos alimentos, é uma das componentes da segurança alimentare, e refere-se especificamente a oferta de alimentos inócuos, com garantia de qualidade sanitária. Com esse novo aparato conceitual, introduz-se uma nova gramática no discurso e na política pública direccionada para a alimentação, a qualidade sanitária e a inocuidade. Não que seja a primeira vez que se fala em qualidade, mas essa

---

<sup>12</sup> PND é o Plano Nacional de Desenvolvimento que serviu de instrumento de planificação estratégica antes do DECRP.

abordagem mais holística, e em que o Estado se coloca em posição de ir de encontro aos riscos da modernidade, podemos dizer que é a primeira vez. Se por um lado, até então as discussões centravam-se muito na questão da disponibilidade e do abastecimento alimentar<sup>13</sup>, a questão da qualidade aparece como um dos objetivos da estratégia do governo para a segurança alimentar: Objectivo 6 - Promover a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água, com vista à protecção da saúde pública e do consumidor. Estaríamos assim a iniciar um processo de criação de respostas institucionais aos riscos? “Assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, e estimular práticas alimentares saudáveis é uma responsabilidade nova no *Estado moderno*” diz o documento da ENSA (grifo meu). O documento traz a questão da “protecção dos consumidores dos riscos da modernidade” e coloca que o Estado deverá responsabilizar-se pela criação de mecanismos que permitam o “regulamentos alimentares modernos capazes de normalizar a importação, exportação e produção alimentar” (ENSA, 2002, p.48).

Para analisar essa questão faço uma análise teorica a partir de Beck e Foucault. Para Beck “o incremento económico proporcionado pela intensificação da produção industrial possibilitou alguma distribuição de riqueza, o que patrocinou certo bem-estar social. Ocorre que o desenvolvimento das forças produtivas, ocorrido entre os séculos XVIII e XX, veio acompanhado da apropriação ilimitada dos recursos naturais e do processo de surgimento dos riscos e das respostas institucionais a eles (BECK, 2003, p.114). Ou seja, a exposição aos riscos vai exigir dos Estados políticas que permitam a sua normalização.

Michel Foucault (1984), por seu turno, vê o risco enquanto um modelo actual de uma ordem pós-disciplinar. Ao nos trazer a perspectiva governamentalista do risco, ele trabalha a questão do risco sob a óptica do poder, e tenta entender como as “sociedades modernas são controladas e organizadas de forma a permitir a participação dos seus cidadãos” (Lupton, 2006, p.13). Neste sentido, cada indivíduo tem de ser um parceiro do Estado no sentido de se auto-regular e minimizar os efeitos dos riscos. Os indivíduos têm assim a responsabilidade pelas “condutas de risco, ao mesmo tempo que tem

---

<sup>13</sup> Foram implementadas desde a independência várias medidas, entre elas, as FAIMO, enquanto instrumento para garantir o acesso económico das famílias aos bens de primeira necessidade.

diminuído o controle dos indivíduos sobre os riscos que provêm do ambiente. Por exemplo, o uso do discurso de risco na área da saúde pública – e, particularmente, na área da educação para a saúde – procura geralmente criar consciência pública sobre os riscos de saúde adquiridos nas opções feitas pelos indivíduos, no que se refere aos seus estilos de vida” (Mitjavila, 2002, p.139). É neste sentido que temos a normalização dos riscos pelo Estado e instrumentos/instituições são criadas e implementadas para informar e controlar os indivíduos, assim o Estado gasta menos e maximiza os resultados. Particularmente no domínio da alimentação espera-se e exige-se que o indivíduo “adopte estilos de vida saudável” para que o Estado gaste menos em saúde e o indivíduo seja capaz de produzir mais. Nesse sentido, em nome dos riscos, os árbitros da vida social podem justificar intervenções dirigidas a vigiar, orientar, controlar, julgar e, ainda, punir os indivíduos e os setores de população que não conseguem construir – ou que opõem resistência à construção de – “estilos de vida saudáveis ou corretos” (ibidem). A responsabilização do indivíduo é central neste contexto.

É no cenário de normalização dos riscos por parte do Estado que surgem a ARFA (Agência de Regulação dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares e a ANSA (Agência Nacional de Segurança Alimentar). Essas agências de regulação surgem num contexto político de regulação pelo Estado das actividades económicas tendo em conta a liberalização do mercado e sobretudo na “criação de consensos alargados e acções que se prolonguem para além de uma legislatura, no quadro de uma visão clara sobre o Estado que se quer para o país. Esta visão aponta para um Estado Moderno, mais eficaz, mais competitivo, com mais segurança, maior justiça e maior sustentabilidade” (UCRE, ND, p.8, grifo meu).

Num cenário de elaboração de políticas públicas muito centrado na “importação” de modelos e temáticas, as preocupações com a elaboração de políticas públicas com a finalidade de minimizar os riscos começam a ser incorporadas. E o risco alimentar parece como um dos temas, a par dos riscos económicos, ambientais. Assim, projectos ligados a biosegurança e ao controlo de qualidade dos alimentos são introduzidos no país e criam-se instituições e discursos para regular e minimizar os efeitos dos riscos.

## IV. A construção do espaço

Estudar um espaço empírico requer não apenas entender a sua configuração, mas também a sua origem. Parto da permissão que a configuração deste espaço esteve na base da emergência de uma classe média, que devido o seu percurso cria uma lógica de distinção de classe que vai influenciar o *habitus e a percepção dos riscos* alimentar. Assim, este capítulo analisa a construção social do espaço de pesquisa, tendo em conta a origem e o perfil dos indivíduos que aí residem.

### 4.1. A construção social espaço e o valor do espaço

O espaço empírico no qual se centra o meu estudo situa-se na zona de Achada Santo António na Cidade da Praia – Cabo Verde. Achada Santo António (ASA) é o maior bairro de Cabo Verde em termos de área de população<sup>14</sup>. É um bairro que agrega uma grande diversidade de modos de vida, dividindo-se em espaços de concentração de uma elite económica, de representantes da diplomacia de vários países e de populações com grandes dificuldades económicas. Achada Santo António, após a independência, aparece entre os bairros abrangidos pelo processo de desterritorialização da elite, ou seja, a elite que deixa de estar cinjida a *Riba Praia*<sup>15</sup> passa a ocupar outros espaços anteriormente considerados periféricos (Lima, 2006).

Até 1976, a parte da Achada de Santo António onde hoje encontra localizada a Assembleia Nacional era um campo de pastorícia conhecido por Monte Mosca. A partir deste ano, enquadrado na política do governo para a construção de habitações para funcionários públicos, iniciou-se a construção de conjuntos habitacionais ou prédios (linguagem mais utilizada). Entre 1978 e 1980, os primeiros *prédios* ficavam prontos e sob a gestão do Ministério das Finanças foram entregues aos funcionários sob sistema de arrendamento. Posteriormente, foram construídos mais prédios sob sistema de renda ou de renda resolúvel. Inclusive, o Banco de Cabo Verde construiu os prédios para os funcionários. De Monte Mosca, a zona passou-se a chamar de Zona dos Prédios.

---

<sup>14</sup> Segundo o Censo de 2010, residiam cerca de 12.965 pessoas distribuídas em 3.486 agregados familiares, ou seja, 11% do total da população da Município da Praia.

<sup>15</sup> Riba Praia – parte central do Plateau, onde durante o período colonial funcionou como o centro político, económico e social. Era neste bairro que morava a elite da época e representava um elemento de distinção social, os de *Riba Praia* e os de *Baxu Praia*.

Nos anos 90, continuou-se com o mesmo regime de construções, mas agora em sistema de renda resolúvel. E, *“era para qualquer cidadão caboverdiano que não possuía habitação própria e desde que conseguisse dar uma entrada de 320 contos e o pagamento de uma renda mensal de 18.500 ECV mensal durante 18 anos. (...) Na época, não era para qualquer um conseguir esse montante mensal. Se não tivesse um salário fixo, sobretudo ser funcionário do Estado, mas não sendo um funcionário qualquer, é que seria possível conseguir entrar neste esquema”* (Extrato entrevista JF, Maio 2013). A partir de 1992, iniciava-se uma nova era com o crédito bancário à habitação. Nesse período o IFH<sup>16</sup> recebeu *“contestações relativos a tipologia e tamanho dos apartamentos. Os apartamentos do conjunto habitacional novo horizonte foram considerados muito pequenos”* (ibidem), o que fez com que a IFH redimensionasse os novos apartamentos.

Denota-se um processo de gentrificação de um espaço, não no sentido da sua requalificação através da recuperação/transformação de edifícios antigos, mas através de construção de novas habitações como forma de valorização do espaço. Paralelamente a construção dos conjuntos habitacionais deu-se início a edificação de estruturas para o funcionamento de organismos internacionais, como as Nações Unidas, das residências para as representações diplomáticas, de embaixadas e algumas residências privadas, sobretudo para os altos funcionários do partido no poder (inicialmente do PAICV e posteriormente do MPD). Este ponto é muito importante para a configuração do espaço em estudo. Isto porque vai haver uma delimitação do espaço (ASA), por edifícios e vias de circulação que vão definir o seu perfil físico e que lhe dá um valor que o vai diferenciar dos outros lugares do bairro da Achada Santo António. O bairro da ASA está cada vez mais dividido em dois eixos, em que a parte sul define uma segmentação de uma classe média baixa e alta, e a norte por uma classe com menos posse económica. O antigo MARCONI<sup>17</sup> é o traço que vai ficar no eixo e que vai permitir esta configuração.

---

<sup>16</sup> Instituto do Fomento à Habitação, criada pelo Estado em 1982, para tratar das questões da habitação. Foi transformada actualmente numa empresa pública – Imobiliária, Fundiária e Habitat e é a responsável pela implementação de um programa de governo denominada “Casa para Todos”, que visa “criar as condições para o cumprimento gradual de uma das determinações constitucionais (direito à habitação condigna), muito reivindicada pelas populações” ([http://www.ifh.cv/index.php?option=com\\_content&view=article&id=167&Itemid=177](http://www.ifh.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=167&Itemid=177))

<sup>17</sup> MARCONI foi um grande terreno privado que durante muito tempo foi cercado e estavam as antenas de telecomunicações do país. Havia poucas habitações aí dentro (casa pré-fabricadas) e uma parte servia

Os conjuntos habitacionais ou condomínios que são modelos de organização urbana importados do Brasil e Portugal, vão albergar uma proporção importante da classe média na Cidade da Praia (Massart, 2005). Essa importação de modelos, assim como a importação de políticas públicas insere-se num contexto de “modernização e desenvolvimento” do país e faz da *“Praia mais moderna e traz mais facilidades e bem-estar para as pessoas”* (extrato grupo focal). No início da construção dos primeiros conjuntos habitacionais a lógica de implementação não foi tanto de encontro ao modelo de condomínio existente actualmente.

*“Quando trouxeram a planta de construção desses prédios de Portugal, sim porque veio todo pronto com base num programa que tinha sido desenvolvido lá, todos esses prédios tinham entrada para o pátio com um único portão de acesso. Mas os engenheiros resolveram mudar a entrada dos primeiros prédios para a rua principal, acharam que ficaria melhor. Já os outros prédios que foram construídos posteriormente, colocaram a entrada para o pátio, e é o que vemos hoje aqui, uns com entrada para dentro outros para fora, o que nos cria dificuldades na organização e gestão do condomínio e na nossa própria segurança, e tira em parte o sentimento de muitos moradores de pertencer a este condomínio (Informante antigo trabalhador do IFH e morador do Condomínio, Abril 2013).*

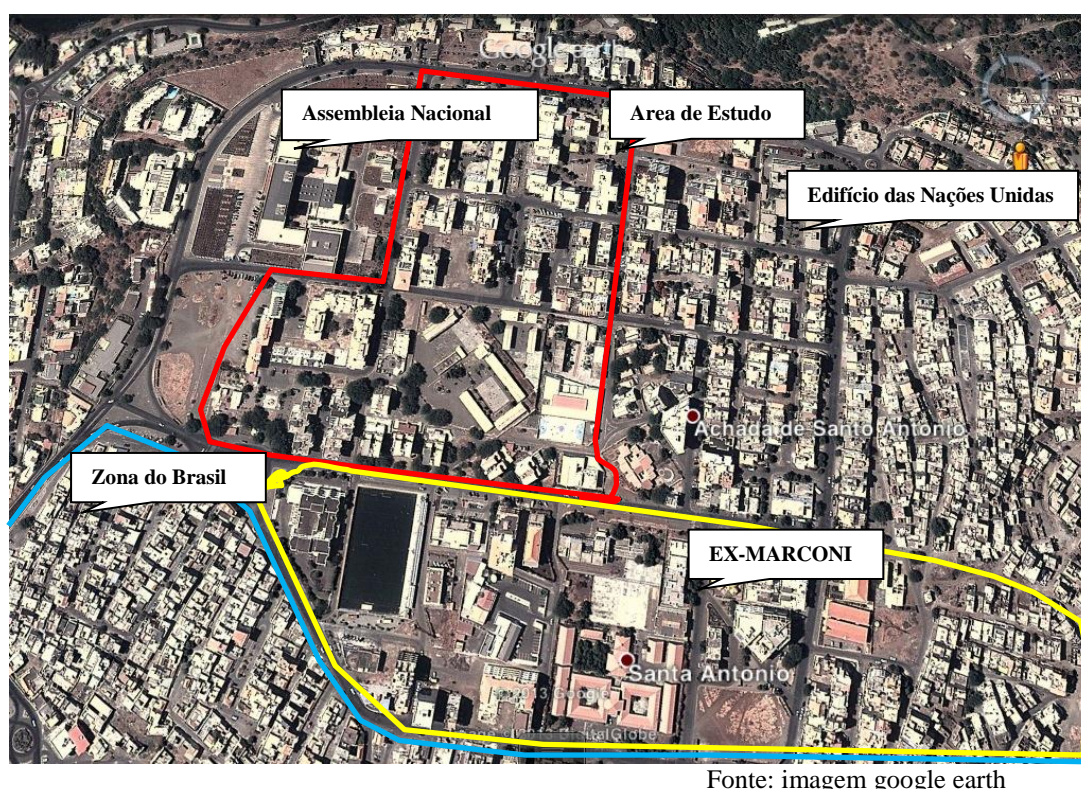
Este processo de criação dos conjuntos habitacionais ou condomínios, com o intuito de integrar o país numa modernidade promoveu reformas urbanas importantes na Cidade da Praia, nos bairros que já existiam e nos novos bairros que vão aparecer. O que pode-se verificar segundo o argumento apresentado, é que um espaço até então sem valor habitacional que se transforma em sonho de consumo para muitas famílias, a partir de intervenções do poder público com o delineamento do perfil dos moradores através de políticas habitacionais direccionadas.

Nesse trabalho delimito o meu espaço de pesquisa à area aos prédios e condomínios (Figura 1). Não entra nesta análise as vivendas e casas individuais que situam neste espaço.

---

de depósito de lixo. Nos finais dos anos 90, as cercas foram derrubadas e iniciaram a construção de edifícios públicos e privados.

Figura 1. Carta da delimitação do espaço de pesquisa



Fonte: imagem google earth

#### 4.2. O estilo de vida da pequena burguesia

A independência de Cabo Verde em 1975 e a abertura política em 1990, possibilitou que indivíduos de diferentes origens geográficas e sociais pudessem ter um novo estilo de vida através de trajetórias educacionais. O país pós-independência colocou como uma das principais metas a escolarização da população, tendo em conta que 75% da sua população era analfabeta. Por outro lado, era necessário assegurar o funcionamento da máquina da administração pública e o desenvolvimento do país, o que implicava necessariamente uma aposta na formação superior. Nesse período o país não tinha estruturas para formação dos quadros, pelo que a formação era feita no exterior através de protocolos com países Estados do antigo Bloco de Leste europeu e Cuba – num



primeiro momento e posteriormente com Estados Unidos da América, Portugal, Brasil (Ramos, ND<sup>18</sup>).

Esses novos quadros quando ao regressam ao país vão agregar novos *habitus* e provocar uma deslocalização de estilos vida. Aliás, este é um dos factores da deslocalização, uma vez que a emigração é outro facto que contribui de sobremaneira para que estilos de vida de outros países sejam transplantados em contextos sociais tão diferentes e provocar fenomenos sociais tão particulares. A nova a posição no mercado de trabalho conjugado com a vivência em outro país traz novas preferências, estilos de vida, modos de consumo e status que irá dar a configuração de uma classe média que irá emergir.

A maioria das pessoas que residem nesses prédios/condomínios são provenientes de outras ilhas ou do meio rural e que foram estudar no estrangeiro.

*“Eu trabalhava no Banco quando uma colega minha trouxe o jornal a dizer que foi publicado o anúncio sobre os apartamentos na Achada<sup>19</sup>. O meu marido tinha chegada da Rússia naquela semana, onde tinha ido fazer uma especialização. Não esperei a hora de ir para casa. Fui logo a correr falar com ele, pois era uma grande oportunidade para nós. Tínhamos vindo de São Vicente para trabalhar na Praia, e moravamos em Achadinha<sup>20</sup>, numa casa alugada, e que não tinha muita condição. Quando falei para ele dessa possibilidade, logo fomos ver o que era necessário para dar entrada nos papéis. Como nesse lote de apartamentos o Banco de Cabo Verde tinha pedido quinze para os seus funcionários, logo entrei na lista do pessoal do Banco e fícamos a espera. Quando soubemos que íamos morar nesses prédios, foi uma felicidade enorme”.*

Não se pode falar de uma classe com “tradição” ou pertencente a uma nobreza ou burguesia, como a estudada por Bourdieu (2007) na França, mas de uma pequena burguesia que emerge a partir das oportunidades de escolarização, que são originários na sua maioria das classes populares e que estão numa trajectória ascencional. Assim, a

---

<sup>18</sup> Extraído do [http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc\\_trabalho/1-MLuzRamos.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/1-MLuzRamos.pdf) em 27 de Agosto de 2013 às 17:24.

<sup>19</sup> Txada em crioulo. Achada é a terminologia utilizada para os planatos e planicies que constituem a Cidade da Praia

<sup>20</sup> Refere-se a Achada Sto António, o bairro mais populoso da cidade da Praia, que se encontra subdividida em várias subzonas, e que agrega uma grande diversidade social.



lógica da ocupação deste espaço teve o grau académico e profissional como critério essencial. Este facto vai esculpir os estilos de vida e os hábitos alimentares da classe. Através dos dados do Censo 2010, pode-se verificar que mais 35% da população residente é trabalhador da administração<sup>21</sup> pública e 27% no sector empresarial privado, ou ainda empresários (11%).

**Quadro:** *Situação na profissão da população activa segundo sexo (%)*

Situação na profissão	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Trabalhador da Administração Pública	36,2	35,2	35,7
Trabalhador sector empresarial do Estado	10,3	10,3	10,3
Trabalhador sector empresarial privado	28,6	26,4	27,4
Militar / Forças Armadas	0,3	0,0	0,2
Trabalhador conta própria sem pessoal ao serviço	3,8	3,8	3,8
Trabalhador conta própria com pessoal ao serviço	5,9	7,0	6,5
Trabalhador familiar não remunerado	5,2	8,2	6,8
Trabalhador em casa de família	1,4	2,1	1,7
Trabalhador na produção para o próprio consumo	0,0	0,3	0,2
Trabalhadores em Organizações internacionais	0,3	1,5	1,0
Trabalhadores em ONG's	0,0	0,6	0,3
Outra situação	6,9	4,7	5,7
Não sabe / Não respondeu	1,0	0,0	0,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo 2010, INE

As pessoas que residem neste espaço apesar de reconhecerem o privilégio de morarem neste espaço, não se identificam como pertencentes a uma pequena burguesia. Esta “recusa” em se identificar com uma classe média esta muito relacionada a origem das pessoas que aí residem, da percepção que as pessoas tem se si marcada pela história colonial e pelo discurso da fragilidade e pobreza (*koitadeza*) do país em recursos naturais, e particularmente pelo processo caro de construção da identidade uma nacional pós-independência. Esta *Koitadeza* está muito relacionado com à memória colectiva das secas e fomes que assolaram este país (Massart, 2005) e que está vinculada a uma política de colonização onde o valor da terra enquanto recurso é desvalorizado através da atribuição de um papel secundário à agricultura (Dos Anjos, 2004). Apesar dessa não assumpção, não só as pessoas que habitam neste espaço se colocam à distância daqueles

<sup>21</sup> A média para a Cidade da Praia é de 14%.

que não fazem parte da mesma categoria social como os residentes de outros lugares da ASA também distanciam deles. A expressão *Kopu Leti*, traduz este distanciamento e esta diferenciação. Muito utilizado para denominar o segmento social com maiores posses económicas, da qual insere os indivíduos que habitam nos Prédios, está relacionada com a formação social e o “ser branco” da sociedade caboverdiana, daí o *kopu leti* - que significa copo leite (leite é branco), uma ideia que vem do período colonial onde ser branco é ser colono e representava o poder económico, político e social na sociedade da época.

*“Chamam-nos de Kopu leti, só porque moramos aqui. Muitas vezes eles vêm lá do Brasil (um outro lugar da ASA que fica na posição oposta à Zona dos Prédios) para nos incomodar só pelo facto de sermos kopu leti. Eu não sou kopu leti. Eu não tenho culpa se eles não conseguiram estudar e ter um trabalho que lhes pode dar uma vida melhor. Há dias um grupo de crianças do Brasil veio cá atacar as nossas crianças que estavam a brincar no pátio com pedras e paus. Quando lhes perguntamos porque estavam a incomodar essas crianças reponderam: ah, são todos kopu leti e não querem nos deixar os “bora kafé” entrar e brincar conosco, por isso viemos aqui lhes mostrar quem é que manda. Mas isso não é assim, tudo o que conseguimos para essas crianças foi com muito esforço” (Entrevista M.V, Abril 2013)*

A análise do perfil dessa pequena burguesia leva-nos a concluir que muito do comportamento apresentado por eles advém do facto das características do burguês, que inspira o estilo de classe do pequeno burguês, também são diferentes. O contexto colonial delineou claramente a estrutura da sociedade da época e contribuiu de sobremaneira para a estruturação da pequena burguesia. Não se pode falar de uma burguesia a nível do país, tendo em conta o modelo de colonização e a estrutura económica e social, o que faz com que a aspiração de classe venha “de fora”, ou seja, assim como as políticas públicas, elas também são importadas. Por outro lado, não há uma homogeneidade quando falamos da pequena burguesia. Tendo em conta os três tipos de pequeno burguês propostos por Bourdieu (ibidem) - em declínio, em execução e a nova pequena burguesia - o distanciamento entre eles é muito tenue, ficando mesmo difícil, por vezes, fazer esta distinção entre eles no contexto caboverdiano. Há uma classe que se afirma e que constitui uma parte significativa da sociedade, com estilos de classe próprios, inspirados em modelos e que ditam toda a distinção do pequeno

burguês. A importação de modos e estilos de vida cria uma lógica da diferenciação, cuja localização territorial é um dos determinantes desta distinção.

## **V. Os *habitus* alimentares e a percepção de riscos da pequena burguesia**

A pós-modernidade ou modernidade tardia vem provocando mudanças nos hábitos alimentares, nas relações do indivíduo com o comer e na própria estruturação da sintaxe da alimentação (Fishler, 2010). As mudanças devem-se, por um lado, a “deslocalização dos alimentos”, que faz com que não exista uma fronteira para a circulação dos gêneros e culturas alimentares, e por outro lado da importações de políticas alimentares, de estilos de vida e características próprias que estão associadas a sociedade de risco.

Em 1945, Mead e Guthe definiram os hábitos alimentares como “o estudo dos meios pelos quais os indivíduos, ou grupos de indivíduos, respondendo a pressões sociais e culturais, selecionam, consomem e utilizam porções do conjunto de alimentos disponíveis” (Bleil, 1998, p. 2). O acto alimentar, desenrola-se de acordo com regras impostas pela sociedade, influenciando as escolhas alimentares. Essas regras são representadas pelas maneiras no preparo dos alimentos, pela montagem dos pratos e pelos rituais das refeições, que contribuem para a identificação do indivíduo com o alimento (Poulain, 2003).

As incertezas e o medo característicos da sociedade de risco, trazem como “uma insegurança e desconfiança cada vez maior do comedor” (Goldenberg, 2011, 237). A percepção do risco e a destradicionalização tem conduzido ao que Fishler denomina de gastro-anomia, em que considera que “as crises dos critérios de eleição, dos códigos e dos valores alimentares, a crise dos simbolismos alimentares, a decomposição do comensalismo, tudo isto nos conduz à noção cardinal da sociologia durkheimniana: a anomia” (2010, p.14). É este conceito de anomia que Fishler transpõe para as questões alimentares, considerando que se passou da gastro-nomia para a gastro-anomia. A gastro-anomia refere-se a mudanças em algumas características simbólicas tradicionais que eram tidas na alimentação. A crescente individualização que provoca mudanças na configuração da família na modernidade reflexiva (Beck, 1992) é um dos aspectos a ser analisado na perspectiva da gastroanomia. De referir que Beck e Giddens, consideram que na modernidade reflexiva apesar do medo e das incertezas as pessoas já calculam os riscos que querem correr.

Um outro aspecto que tem sido levantado nas reflexões sobre a alimentação e a pós-modernidade, são os vínculos entre a produção do alimento e o seu consumo. A preocupação do consumidor sobre os riscos trazidos pelos alimentos e os recentes problemas para a sua produção, associados às crises alimentares, têm servido de base para a análise da questão alimentar.

È neste quadro teórico que este capítulo irá se centrar tendo como cerne os hábitos alimentares e a percepção dos riscos. Para tal, iniciamos pela análise da dieta dos comensais da pequena burguesia, centrando em quais alimentos estes consome. Várias são as metodologias para a análise dados do consumo alimentar, porém neste trabalho optamos sobretudo pela análise dos grupos de alimentos, tendo como critérios a composição nutricional.

### **5.1. Os *habitus* alimentares da pequena burguesia**

Para analisar a dieta do pequeno burguês recorro aos dados do Inquérito às Despesas e receitas das Famílias (IDRFII)<sup>22</sup>, que possui uma excelente base de dados para análise do consumo alimentar. Apesar de ter sido feita entre 2001/2002, estes dados conseguem nos dar as bases para essa análise, que serão posteriormente complementadas por outras fontes de informações. Considero para efeito deste análise, o pequeno burguês, objecto deste estudo, estão no quarto e quinto quintil de despesas, ou seja, os 40% de indivíduos com maior nível de despesas. Esta decisão de os considerar pequena burguesia está relacionado com o perfil socio-económico desta classe e com o cruzamento dessas informações com o perfil da pobreza<sup>23</sup>, definido com base nos dados deste mesmo inquérito.

A análise dos dados do consumo alimentar do IDRFII, revelam que o pequeno burguês consome maior quantidade de frutas, verduras e legumes que os indivíduos que pertencem aos outros quintis de despesa. Em termos de proteína animal, destaca-se um

---

<sup>22</sup> Inquérito às Despesas e Receitas das famílias IDRFII – levado a cabo em 2001-2002 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)

<sup>23</sup> Foi fixado para o cálculo da pobreza relativa para os dados do IDRFII o limiar da pobreza como 60% da médiana da despesa médias dos indivíduos dentro das famílias e o limiar para os muito pobres 40% da médiana das despesas médias dos indivíduos. Para as despesas foi imputada as rendas pagas a todas as famílias que vivem em casas próprias ou cedidas, isto é, as famílias que não pagam efectivamente aluguer de casa. Foram excluídas, ainda as despesas de investimento, ou seja as despesas das famílias na construção nova e ampliação de imóveis. O Limiar da pobreza foi fixado em 43.250\$00 percapita anual e o limiar para os muito pobres foi fixado em 28.833\$00 percapita anual (INE, 2004).

maior consumo das carnes, em detrimento do peixe. São também os que consomem maior quantidade de alimentos em conserva e de laticíneos. Há ainda, o cereal mais consumido é o trigo e o arroz. Esta estrutura de consumo pode estar relacionado ao poder económico das famílias, uma vez que os laticíneos e as carnes, por exemplo, que são mais caras. Isso, apesar dos estudos demonstrarem que os indivíduos com menos rendimento são as que gastam mais com a alimentação, em termos proporcionais. Mas também, como veremos mais adiante, é uma forma de controlo dos riscos e identificação com um estilo de classe.

**Quadro:** Consumo alimentar por grupo segundo quintil de despesas individuais (%)

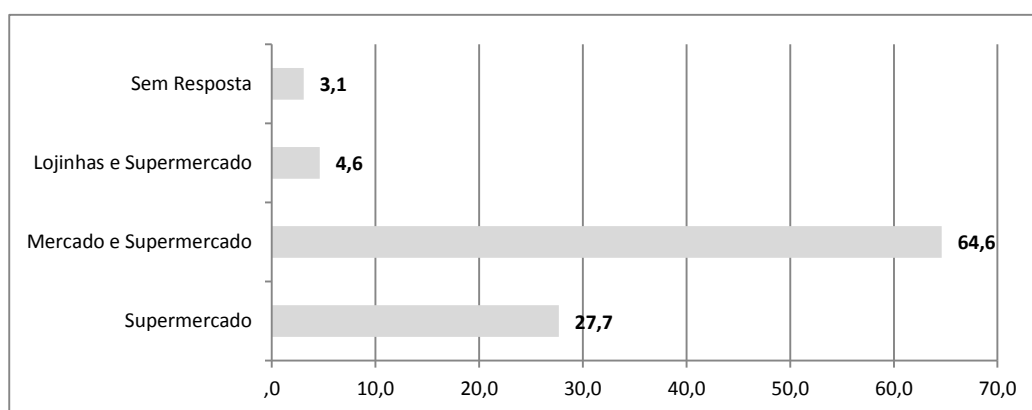
Grupos alimentares	QUINTIL DAS DESPESAS INDIVIDUAIS					Total
	Primeiro Quintil	Segundo Quintil	Terceiro Quintil	Quarto Quintil	Quinto Quintil	
Frutas	3.0%	9.5%	14.8%	25.7%	47.0%	100.0%
Legumes/verduras	8.9%	19.9%	21.8%	29.7%	19.8%	100.0%
Açúcares	10.1%	23.5%	19.4%	29.0%	18.0%	100.0%
Arroz	13.1%	25.5%	21.0%	26.0%	14.3%	100.0%
Conservas	7.6%	19.9%	19.9%	34.0%	18.6%	100.0%
Peixe Fresco	11.6%	28.4%	21.3%	25.7%	13.1%	100.0%
Gorduras	9.0%	22.4%	20.7%	29.9%	18.0%	100.0%
Outros	12.0%	24.5%	18.6%	27.9%	16.9%	100.0%
Bebidas	15.5%	22.9%	17.9%	24.4%	19.2%	100.0%
Raízes e tubérculos	7.2%	19.6%	24.1%	32.3%	16.9%	100.0%
Biscoitos/bolos	11.0%	8.1%	9.6%	36.0%	35.3%	100.0%
Carnes	9.1%	18.3%	21.7%	29.6%	21.3%	100.0%
Farinha de Trigo/Massas	9.1%	20.9%	20.1%	29.8%	20.1%	100.0%
Milho	17.1%	31.0%	18.5%	20.4%	13.0%	100.0%
Leguminosas	13.5%	26.1%	20.1%	26.4%	13.9%	100.0%
Lacticínios	7.6%	19.0%	18.1%	30.2%	25.0%	100.0%
Ovos	6.2%	13.3%	20.4%	37.0%	23.1%	100.0%
Mariscos/Bacalhau	0.0%	0.0%	0.0%	66.7%	33.3%	100.0%
<b>Total</b>	<b>9.8%</b>	<b>21.9%</b>	<b>20.2%</b>	<b>29.3%</b>	<b>18.9%</b>	<b>100.0%</b>

Fonte: IDRFII -INE

Dados da pesquisa de campo revelam que 42% dos entrevistados preparam as refeições familiares e 95% escolhem os produtos alimentares e as refeições a serem preparadas em casa. As compras são feitas, em maior proporção (64,6%) numa combinação do mercado e supermercado. Normalmente os que fazem esta combinação, adquirem os produtos não perecíveis nos supermercados e as verduras e legumes nos mercados. As frutas, uma parte no supermercado e a “banana, papaia, manga” no mercado. Isto

porque, normalmente há uma distinção entre a “fruta”, que é a denominação para as que são importadas (maça, pêra, melão, etc.), e as de produção local que normalmente são chamadas pelo nome, ou seja, banana, papaia, manga, etc. Esta distinção representa uma separação entre o “distinto e o vulgar”, fazendo uso do conceito de Bourdieu (2007). Durante muitos anos o consumo de fruta importada ficou restrito a elite, devido a escassez do produto no mercado e ao poder de compra das famílias. O simples facto de *“comer uma maça no intervalo das aulas representava algum status. Normalmente era quando os familiares vinham de Lisboa ou quando chegava algum carregamento da fruta através da EMPA, mas nem por isso a quantidade era muita”*.<sup>24</sup> Com a abertura do mercado e o incremento das importações há uma democratização no acesso, porém a distinção persiste.

**Gráfico:** Local habitual de aquisição dos alimentos (%)



Fonte: Pesquisa de campo, 2013

O mercado não representa apenas um local de compra de produtos alimentares, mas um local onde é possível uma relação de confiança com a “freguesa”<sup>25</sup> e com os produtos “di tera”<sup>26</sup>. A negociação dos preços *“baxa freguesa, sta karu (freguesa está caro, podes baixar os preços?)”*, ou ainda *“freguesa, modi ki stadu na kasa (freguesa”* revelam, muitas vezes relações de familiaridade.

*“Há freguesas que conheço há mais de trinta anos, antes mesmo de vir morar na minha casa, desde os tempos da casa dos meus pais. Vim para a minha casa e continuou minha freguesa. Tenho confiança nelas, e sinto que*

<sup>24</sup> Extrato da entrevista com uma Informante. EMPA foi a Empresa Pública de Abastecimento, que tipo por função o aprovisionamento do país em bens alimentares.

<sup>25</sup> Freguesa – expressão em crioulo utilizada sobretudo pelas vendeiras para identificar o comprador, sobretudo os mais assíduos.

<sup>26</sup> Alimentos de produção nacional.

*elas também confiam em mim. Às vezes quando alguns produtos excasseiam no mercado, elas guardam a minha parte, pois sabem que sempre venho aqui comprar nelas. Não mudo de vendedeira, a não ser que não sejam correctas comigo. Elas até contam coisas da vida delas, pergunto pelos filhos, e as vezes até trago coisas lá de casa para os filhos” (Extrato entrevista com informante Maria<sup>27</sup>)*

O ir ao mercado representa ainda o cuidado com a alimentação da família, através da escolha de alimentos saudáveis e de qualidade. 69,2% dos entrevistados declararam a preferência pelos produtos nacionais contra 9,2% que preferem os produtos importados. O restante considera que a preferência irá depender da aparência, do tipo de produto, dentre outros factores, ou seja, não existe a origem do produto não é o factor preponderante de escolha.

**Quadro: Razões da escolha do local da aquisição (%)**

Porque adquire nesse local?	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida
Comodidade	25	38,5	53,2
Conhece a marca	1	1,5	2,1
Hábito	2	3,1	4,3
Diversidade	2	3,1	4,3
Falta de opção	7	10,8	14,9
Aspecto do produto "frescura"	5	7,7	10,6
Escolha	5	7,7	10,6
Sem Resposta	18	27,7	
<b>TOTAL</b>	<b>65</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

As refeições têm grau de importancia diferenciado para as famílias. O pequeno-almoço é visto como a principal refeição para 48% dos entrevistados, seguido do almoço com 40%. Os argumentos que suportam este facto são de que no início do dia o organismo necessita de alimentos para começar aguentar o dia, ou ainda, que depois de longas horas a dormir precisa-se de repor energia. Nota-se que quanto maior é o grau de escolaridade maior é o percentual de respondentes que tem o pequeno-almoço como a principal refeição. A seguir vem o almoço, cujo argumento nos remete pela quantidade e diversidade de alimentos que podem ser

---

<sup>27</sup> Nome fictício



consumidos durante essa refeição. O jantar é importante para apenas 3% tem uma relação inversa com o nível de escolarização.

**Quadro: Refeições que consideram mais importante (%)**

Refeição que considera mais importante	Nível escolaridade				Total
	Primário	Secundário incompleto	Secundário Completo	Superior e mais	
Almoço e Jantar	0%	13%	0%	0%	<b>2%</b>
Pequeno-almoço e Almoço	0%	13%	15%	3%	<b>8%</b>
Pequeno-almoço	50%	25%	38%	57%	<b>48%</b>
Almoço	25%	38%	46%	41%	<b>40%</b>
Jantar	25%	13%	0%	0%	<b>3%</b>
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

## 5.2. A mudança dos habitus e a percepção dos riscos

“*Sima e ta kume ka ta parsi nem me tem kel skola la*”, esta foi uma frase utilizada para classificar o gosto de uma moradora do condomínio (espaço de estudo) por alimentos gordurosos, como torresmos, ou pela quantidade de comida que ela ingere e pelas escolhas nem sempre “dentro dos padrões” estabelecidos. Com esta frase nota-se que se exige dos indivíduos com um determinado nível de escolarização comportamentos distintos. E a forma de comer e de se alimentar é um dos domínios onde esta exigência transparece. Aqui, nota-se claramente a imposição simbólica que um diploma traz, e que estendem as competências além do que supostamente se aprende na escola (Bourdieu, 2007). Por outro lado, a estrutura de consumo alimentar reproduz poderes invisíveis e o meio em que o indivíduo vive acaba por exercer um poder sobre o que o indivíduo come ou deve comer (Benito, 2005).

Ao pertencer a uma determinada classe e ter um determinado nível de instrução, espera-se do indivíduo uma autoregulação, e uma minimização dos efeitos dos riscos ligados à alimentação e à saúde. Se durante um determinado período o “*nha korpu bem disposto i barriguiha dja bira grandi, la na kasa ka tem*

*prubema, nhas minis sta tudu gordinhu (...)* *djam branku dja*”<sup>28</sup> representava o bem-estar e a ascensão social, hoje há uma mudança de paradigma. A diversificação, o consumo de frutas e legumes e a quantidade de gordura (baixa), fazem parte da nova gramática alimentar do pequeno burguês e demonstra uma nova forma de mostrar o bem-estar e a posição social alcançada pelo indivíduo.

O corpo acaba por ser a objectivação e o reflexo de um estilo de alimentar e de classe. A questão do corpo, muito realçada nas discussões dos *focus group*, está ligada a aparência e ao estilo de vida. Ele representa e transmite o comer como se espera que ao se pertencer a classe média. A partir do conceito de *Tecnologias do Eu* de Foucault (1990) é possível compreendermos este fenómeno. Foucault define Tecnologias do Eu como o “estabelecimento de um conjunto de atitudes sobre si, sobre seu corpo e sua alma, para obter transformações sobre si com a finalidade de atingir um certo grau de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade” (Foucault, 1990, p. 48). Neste caso, argumento que a classe média a partir da sua forma de comer, de escolher e de adquirir os alimentos constroem um conjunto de simbolismos para demonstrar um certo cuidado de si e que está interligado ao estilo de classe e ao status que representa pertencer a uma determinada classe e residir num determinado espaço. Há um esforço para o ideal de si que está intimamente ligada a alimentação saudável (segundo a concepção que eles tem), e a imagem que o corpo produz é a tradução deste ideal.

65% dos entrevistados consideram que comem bem. Nota que os respondentes que responderam que não comem bem são sobretudo solteiros do sexo masculino, que atribuem este facto a não existência de alguém no agregado que possa cuidar da alimentação. Aliás, a questão alimentar na classe média está muito ligado às mulheres (87% dos entrevistados)<sup>29</sup>, e a escolha do que se vai comer é feita por elas. Em alguns casos, ao não encontrar a mulher em casa sugerimos a possibilidade de efectuarmos a entrevista com o homem, mas este recusa-se ao dizer “é questão da mulher”.

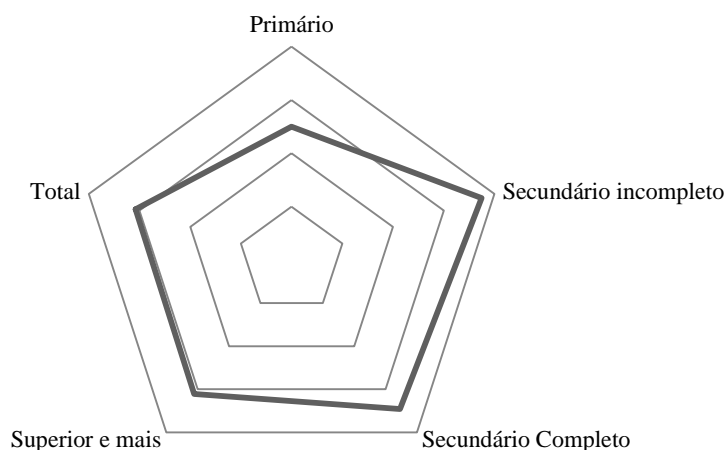
---

<sup>28</sup> Parte de uma música caboverdiana da década de 80 (*Djam Branku Dja* dos Bulimundo) que fala da ascensão social de um indivíduo, independentemente dos meios que não vem ao caso, do que é ser “branco” (igual a prestígio) na sociedade caboverdiana e as suas consequências. Ela demonstra ainda, como a alimentação tem sido utilizada ao longo do tempo para representar poder.

<sup>29</sup> A entrevista foi direccionada para a pessoa do agregado que toma as decisões relacionados com a alimentação.

Independentemente do nível de escolaridade dos comensais, mais de 50% constatam que houve uma mudança dos hábitos alimentares nos últimos anos (depois de virem morar neste espaço). Porém, quanto maior é o nível de escolaridade, maior é o percentual de comensais que identificam mudanças nos hábitos alimentares.

**Gráfico:** *Mudança de hábitos alimentares segundo nível de escolaridade*



Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Esta mudança de hábitos é associada a questões relacionadas com a saúde (37,5%), a melhoria do conhecimento sobre alimentação e mais opções no mercado. No entanto, vale realçar que quando colocam a questão da saúde, não quer dizer que houve algum problema que os levaram a mudar os hábitos, mas reconhecem a função dos alimentos para a saúde e adequam os alimentos do que consideram que faz bem para a saúde.

Ter conhecimento e ter residido no exterior contribuem para a mudança de hábitos e traz um certo *status* e acreditam que agregam valores à comensalidade e que passam a “comer melhor”. Note que os respondentes cujo nível de escolarização mais elevado que frequentou é o primário, não colocam a questão do conhecimento como uma das razões. Porém, se agregarmos ao conhecimento a “necessidade de alimentação equilibrada”, que também pressupõe algum conhecimento, e que este é necessariamente ligado à função que os alimentos tem para a saúde, constatamos que, na verdade os indivíduos da classe média pensam

os alimentos antes de os comer, e isto acontece devido ao facto destes espelharem um estilo de classe e também, da necessidade de autoregulação, uma das características da modernidade tardia, como referida anteriormente.

**Quadro:** *Razões que levaram a mudança de hábitos alimentares segundo nível de escolaridade*

O que fez mudar o hábito alimentar?	Total
Saúde	37,5%
Conhecimento	17,5%
Qualidade/estilo de vida	5,0%
Necessidade de alimentação equilibrada	2,5%
Consumo elevado de conservantes e enlatados	2,5%
Ter residido em outro país	7,5%
Mais opção no mercado	17,5%
Melhoria no poder de compra	2,5%
Sem Resposta	7,5%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

### 5.3. Os *habitus* e a percepção dos riscos alimentares

Independentemente do nível de escolaridade ou da classe de idade do respondente, a preferência por produtos nacionais é em maior proporção, e a relação qualidade e preço e o uso de agrotóxicos e pesticidas são algumas das razões dessa preferência. No entanto, vale realçar que a preferência pelos produtos nacionais é proporcional a idade, ou seja, quanto maior a idade dos respondentes maior o percentual que afirmam preferir os produtos nacionais. Isto pode estar relacionado às regras e códigos de valores em torno da qual se organiza o modelo dos hábitos alimentares num determinado período, mas também às influências padronizadas da modernidade tardia que exige dos indivíduos uma forte flexibilidade em torno do local e do global (Giddens, 2002).

**Quadro:** *Preferência pelo produto nacional ou importado segundo classe de idade (%)*

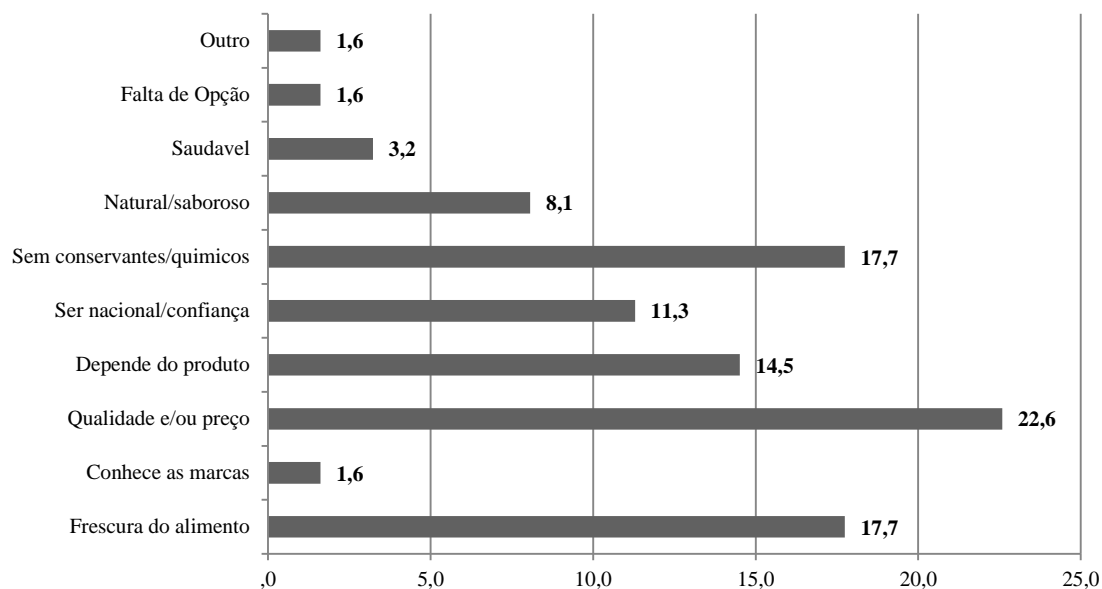
Prefere produto nacional ou importado?	Classe de idade			Total
	Até 35 anos	36-65 anos	Mais de 65 anos	
Nacional	57,1%	72,7%	100,0%	71,0%
Importado	21,4%	6,8%	0,0%	9,7%
Não Sabe/Não Responde	7,1%	4,5%	0,0%	4,8%
Depende	14,3%	15,9%	0,0%	14,5%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Existe uma percepção de que os produtos importados podem conter maior quantidade de agrotóxicos, isto apesar de uma proporção importante dos participantes dos *focus group* admitirem que os produtos nacionais podem ter agrotóxicos e/ou pesticidas, mas esta em quantidade certamente menor. Realçam ainda que, a qualidade dos produtos importados, sobretudo os frescos, é muito baixa tendo em conta o preço que é vendido. Aliás, os dados quantitativos reforçam este argumento, conforme pode ser constataado no gráfico abaixo. Este facto, parte da permissa de Barthes, de que os indivíduos “não se alimentam (apenas) de nutrientes nem de princípios dietéticos puros, sejam estes sagrados ou profanos, senão de alimentos culturizados simbolicamente, construído em referência a uma história comum” (Benito, 2005, p. 90). De facto, existe uma carga simbólica que está por detrás desta preferência pelos produtos nacionais, ou seja, o facto de ser “*di tera*” representa muito para os comensais.

Uma outra razão que se destaca é a questão do sabor ou o gosto dos alimentos. Consideram que os alimentos nacionais tem mais sabor que os importados. Bourdieu (2007) considera que o gosto está relacionado com a liberdade de escolha, ou seja, ele “supõe a liberdade absoluta da escolha, é tão estreitamente associada à ideia de liberdade que é difícil conceber os paradoxos do gosto da necessidade: ou por sua abolição pura e simples, transformando a prática em um produto direto da necessidade económica [,,]” (Bourdieu, 2007, p. 169). Para os comensais da pequena burguesia, o gosto é guiado pela necessidade de se manter um estilo de classe com base na percepção dos riscos alimentares (agrotóxicos, conservantes, gorduras, etc), o que implica limites ou critérios subjacentes à liberdade de escolha.

**Gráfico:** Razões da preferência pelos produtos nacionais ou importados



Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Por outro lado, a preferência pelos produtos “di tera” não significa uma inversão de modelos, mas pelo contrário. Deve-se referir que há um processo mundial de iniciativas e discursos que visam a valorização dos alimentos “frescos/naturais”, e nesse processo de “internacionalização” dos saberes e sabores a classe média caboverdiana adota a mesma abordagem. Esta discussão remete-nos para uma reflexão que tem sido abordado em todos os capítulos que é a construção e a inserção de países ditos do terceiro mundo ou do sul (os que foram colonizados) na modernidade. A nível dos hábitos alimentares essa inserção na modernidade tem “obrigado” os sujeitos a adotarem estilos que mais os identificam como modernos, agregando algumas particularidades locais, e nesse caso o gosto/sabor dos produtos de “di tera” é utilizado na tentativa de valorização do que é nacional e incorpora algumas representações sociais ligados a importação de estilos de vida.

#### 5.4. O saber alimentar local e a nova lógica de distinção

A questão da quantidade também faz parte deste novo contexto, 12% dos entrevistados reportaram o aumento da quantidade de alimentos consumidos e a relacionam a mudança (para melhor) dos hábitos alimentares. Esta relação é feita em maior proporção por indivíduos que tem o secundário completo ou o superior e mais. Esta ligação remete-nos à história recente de Cabo Verde relacionada com as fomes que o país vivenciou. Tendo em conta a idade dos respondentes, muitos não vivenciaram a escassez directamente, mas com certeza os pais ou avós viveram neste período e não se pode negar a transmissão intergeracional de experiências e vivências e os reflexos destes na forma de verem e pensarem o consumo alimentar.

**Quadro:** *Percepção de como mudaram os hábitos alimentares (%)*

Como está a alimentação actualmente?	Total
<i>Mais diversificada</i>	23,2%
<i>Menos gordura</i>	14,5%
<i>Mais frutas e legumes</i>	36,2%
<i>Outro</i>	14,5%
<i>Tem mais quantidade</i>	11,6%
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

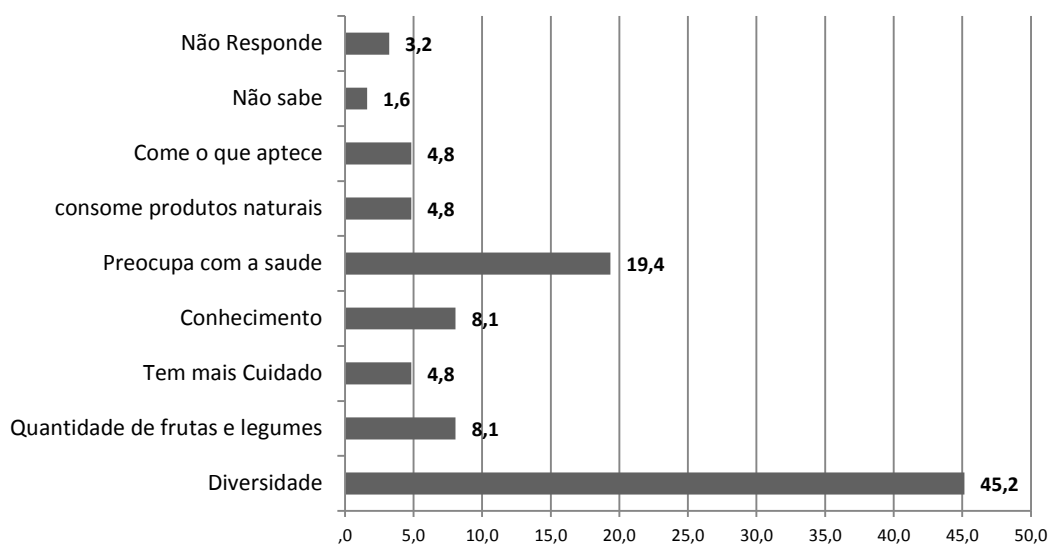
92% dos entrevistados consideram que comem bem. O conceito de comer bem para a classe média está intrinsicamente ligado à diversidade e a preocupação com a saúde. As respostas que foram obtidas com o comer bem estão relacionadas a questão anterior de mudança dos hábitos alimentares. Porém, há um percentual, mesmo que residual (5%) que consideram comer bem pelo facto de “comer o que lhe apetece”. A história individual exerce um poder sobre as escolhas alimentares, mesmo na classe média, onde existe uma pressão para “comer bem” e para a autoregulação do que se come.

No contexto de proliferação dos riscos alimentares, a transmissão intergeracional do conhecimento sobre a alimentação na nova classe média, incorpora elementos ligados mais a funcionalidade dos alimentos do que propriamente aos sabores e gostos. Por

outro lado, a percepção dos riscos alimentares está a provocar uma desqualificação do saber local e dos gostos e uma certa exotização desse saber pelos sujeitos.

Ao se falar dos sabores há sempre uma ligação a recordações de preparações feitas por familiares como avós ou mães, os sabores de infância. Não se pode falar de uma completa separação com os gostos alimentares antigos, uma vez que nos gostos alimentares existem marcas que “sobrevivem mais tempo ao afastamento e desmoronamento do mundo de origem, mantendo de modo mais duradouro a sua nostalgia” (Bourdieu, 2007, p. 76). Por outro lado, a classe média esteliza (no sentido de dar um estilo) alguns pratos tradicionais, de forma a tornar-los mais saudáveis e a enquadrar na nova cultura alimentar que corresponda ao estilo de classe. O aporte nutritivo dos alimentos entra assim, como um dos requisitos para se comer e seleccionar um alimento. A *“feijoada e a Katxupa quando faço é mais light, tento colocar menos toucinho, chouriço de sangue, e outras coisas que sei que fazem mal à saúde. Mas não fica a mesma coisa, não tem aquele sabor de antigamente, mas é mais saudável”* (Extrato grupo focal). Assim, o conceito de boa alimentação está interligado não apenas a culinária, mas sobretudo aos comportamentos.

**Gráfico:** Razões para afirmar que come bem (%)



Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Ao se analisar as razões que os leva a rejeitar um alimento, a quantidade de gordura aparece como vilã, considerado como a primeira razão para a exclusão por 52% dos



respondentes, seguido pelos agrotóxicos. O preço não é a preocupação primeira para este grupo de indivíduos.

**Quadro:** *Grau de importancia para a rejeição de um alimento (%)*

Ordem de escolha	Gordura	Agrotóxico	Aspecto	Embalagem	Dinheiro	Prazo de Validade	Conservantes
1	52,2	36,4	26,5	20,0	20,0	23,8	30,0
2	39,1	45,5	38,2	35,0	20,0	33,3	40,0
3	8,7	18,2	14,7	25,0	40,0	23,8	10,0
4	--	--	11,8	10,0	10,0	14,3	10,0
5	--	--	8,8	10,0	10,0	4,8	10,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Por outro lado, aceitam o alimento pelos benefícios que estes podem trazer à saúde, assim como pela sua frescura.

**Quadro:** *Grau de importancia para a rejeição de um alimento (%)*

Ordem de escolha	Saúde	Vitamina, ferro	Fresco	Di tera	Preço
1	62,1	33,3	34,8	10,0	30,0
2	20,7	50,0	39,1	50,0	20,0
3	17,2	16,7	8,7	10,0	20,0
4	---	---	17,4	10,0	30,0
5	---	---		20,0	

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

#### 5.4. Os riscos e a autoregulação

As conversas sobre a alimentação, muitas vezes iniciadas devido a um incidente/notícia veiculada pela comunicação social ganha um outro espectro, incorporam visões e acabam no final por marcar uma identidade específica de um grupo e a sua cultura alimentar. A comunicação interpessoal exerce um papel muito importante na construção dos elementos de percepção do risco alimentar. Aproveitei de um facto específico que aconteceu durante o período em que estava a fazer o trabalho de campo para captar o poder dos media nas escolhas, a percepção da população sobre os riscos alimentares e a capacidade do Estado em garantir a segurança dos comensais tendo em conta os riscos alimentares e as políticas publicas que existem. Por outro lado, este

evento específico permitiu verificar como é que os sistemas culturais influenciam a percepção do risco.

Nesses dias foi anunciado pela comunicação social que havia sido descoberta pela polícia nacional a venda de carne de cachorro para consumo humano, sem que as pessoas soubessem. Essa carne foi vendida como se fosse carne de outros animais (vaca, cabra). Vale salientar que, em Cabo Verde, a carne de cachorro não faz parte do cardápio dos comensais. Este extrato de um jornal ajuda-nos a compreender melhor a amplitude desta notícia:

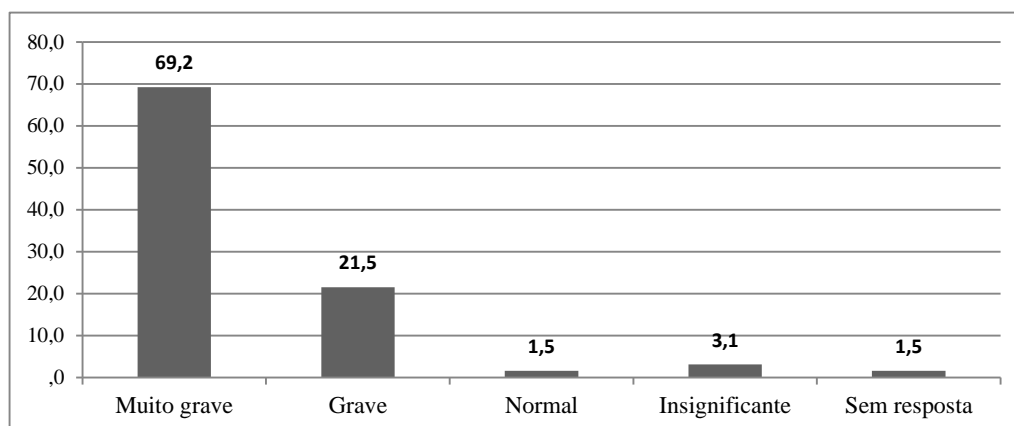
“O delegado de Saúde, Rómulo Delgado, assegurou que não sabe se esta carne pode fazer mal à saúde das pessoas, uma vez que, no país, não há costume de comer carne de cão. *“Nós não temos hábito de comer carne de cão, mas, de qualquer forma, se for consumida, é infracção, porque a carne antes de ser vendida tem de ser inspeccionada e vendida nos talhos. Por outro lado, não tivemos nenhuma entrada de pessoas no serviço de saúde com sintomas provocados por carne canina”*, indicou, (,,,) a ministra Cristina Fontes mostrou-se satisfeita pelo facto de IGAE já estar no terreno, Cristina Fontes apelou ainda aos *consumidores a estarem mais atentos aos alimentos que consomem*.

<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/sociedade/item/36583-tarrafal-carne-de-c%C3%A3o-pode-estar-a-ser-comercializada-no-concelho>

(Extraído no dia 30 de Abril de 2013, grifo meu),

95% dos entrevistados para esta pesquisa revelaram ter ouvido falar deste incidente na comunicação social ou através dos amigos ou familiares. Mais de 93% o consideraram de grave ou muito grave, e para aproximadamente 40%, este teve impacto no consumo de carne, seja através da diminuição do consumo ou mudança do fornecedor (talho), tipo de carne ou ainda, aumentou o cuidado na escolha. A maioria dos entrevistados reforçaram que não é o facto de comer carne de cachorro que consideram grave, uma vez que sabem que em outros países ela é utilizada na alimentação humana, *“os cães aqui não são criados para serem comidos, e nem sabemos que tipo de cão foi vendido”*, Esta afirmação é muito parecida ao discurso do profissional de saúde (entrevista acima), daí também a percentagem dos que consideram ser normal a notícia.

**Gráfico:** *Percentagem de entrevistados que ouviram a notícia sobre a venda de carne de cachorro para consumo humano*



Fonte: Pesquisa de campo, 2013

**Quadro:** *Impacto sobre o Consumo de carne (%)*

Nenhum	Diminuiu o consumo	Mais cuidado na escolha	Mudança de talho	Mudou o tipo de carne	Outro	Sem resposta	Total
58,5	7,7	15,4	3,1	1,5	10,8	3,1	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

A teoria do risco coloca ênfase sobre o papel do indivíduo na escolha do risco que quer correr. Nas sociedades pós-moderna, as autoridades criam e institucionalizam discursos, muitas vezes traduzidos em forma de políticas públicas, que colocam sobre o indivíduo a responsabilidade pelas suas escolhas e pelo o que consome.

Há toda uma conceptualização da comida e a influência na saúde que faz com que a decisão em consumir este ou aquele alimento torne uma responsabilidade individual. Assim, como Carvalho expõe, considero que para a classe média não se trata “simplesmente do conceito de risco, mas de uma dinâmica social de controlo dos riscos, uma espécie de modelo de “calibragem” do social, via práticas individuais, que concebe o risco como uma consequência das escolhas pessoais acerca do estilo de vida e enfatiza a importância do controlo de si mesmo. Esta dinâmica se interpõe em um jogo que envolve liberdade de escolha, responsabilidade e cálculo, vis-à-vis um desinvestimento crescente” (Carvalho, 2007, p. 147). Cada indivíduo é visto como um parceiro activo do Estado e espera-se que o indivíduo se autoregule para minimizar os

efeitos da sociedade de risco. É o risco enquanto modelo actual de uma ordem pós-disciplinar de Foucault (1984).

A proliferação de informações é uma característica trazida por esta sociedade na sua busca pela segurança. Os rotúlos dos alimentos (os importados) estão sempre a inovar e indicam o conteúdo das embalagens alimentos, a quantidade de nutrientes, o prazo de validade, dentre outras questões. Os *fast food*<sup>30</sup>, o *slow food*<sup>31</sup>, os *vegetarianos*, os *veegan*, o uso desregulado dos pesticidas, os produtos transgénicos e os cem por cento orgânicos, várias são as variações e as informações que os comensais encontram no seu dia-a-dia e que acabam por determinar as escolhas alimentares e consequentemente os hábitos.

Neste cenário, existe uma certa pressão na classe média para este atinja um ideal de consumo alimentar e que as escolhas levem em conta as questões ligadas à saúde. O estilo de classe não permite que determinados riscos sejam assumidos, uma vez que, o nível de escolaridade e o meio em que vivem não o permite, e a quebra desta norma estabelecida poderá levar à exclusão do grupo. A culpa por estar “fora da forma” ou a “barriguinha saliente”, começa a ser uma forma de punição para os que “não fazem” uma alimentação funcional. O corpo é a manifestação do bem-estar e a percepção do risco está muito interligado à um estilo de classe.

Por outro lado, no contexto da modernidade tardia há um autodidactismo dos comensais, no sentido da procura de informações sobre a alimentação. Aproximadamente 71% dizem ouvir/ver programas de culinária ou nutrição e 45% acredita que este influência na sua forma de comer. Os meios de comunicação e as mensagens sobre a alimentação veiculadas tem um impacto sobre a forma da comer e de pensar a comida na classe média. O gosto e a escolha dos alimentos são influenciados não apenas pelos discursos, mas também pela cobertura mediática dos riscos.

Nesse cenário exige-se do Estado uma capacidade de regulação e da garantia de qualidade do que é consumido. O que se verifica é que apesar das políticas públicas definidas, o Estado de Cabo Verde não garante a uma fiscalização que dê resposta aos anseios e as expectativas dos pequenos burgueses. A pesquisa de campo revelou que

---

30

31

aproximadamente 65% dos entrevistados consideraram a fiscalização da qualidade dos produtos nacionais de inexistente ou insuficiente. O mesmo cenário se delineia com relação aos produtos importados. Nos grupos focais a maioria das pessoas não conheciam as instituições nacionais ligadas ao controlo de qualidade. O que acontece, é que a importação das políticas públicas não vai de encontro a estrutura institucional e a capacidade de execução, e até de adequação, para responder às necessidades que emanam da implementação dessas políticas. Assim, há o que podemos denominar de uma angustia dos comensais da classe média, que tendo de se autoregular e criar estilos para o seu consumo alimentar não encontram um aparato estatal que consiga dar resposta às demandas próprias de uma sociedade que exige a “qualidade” e melhor saúde.

## Conclusões

A análise da percepção de riscos dentro do contexto da contemporaneidade torna-se um desafio para os cientistas sociais. Segundo Douglas, os resultados das pesquisas sobre a percepção de riscos têm demonstrado que os indivíduos têm uma “imunidade subjectiva”. Existe uma tendência para minimizar a probabilidade de resultados negativos, e normalmente subestimam os riscos que acreditam estar sob o seu controlo e os que acreditam que raramente pode acontecer (Douglas, 1985, p.29).

Por outro lado, a alimentação é um “fenômeno complexo no qual estão englobados aspectos biológicos, psicológicos e sociais” e analisa-la a partir das “ciências Sociais, não é uma tarefa simples” (Poulain, 2003, p.246). O estudo da alimentação perpassa várias áreas de conhecimento que podem delineá-la sob vários aspectos. Assim, estudar a percepção dos riscos alimentares na pequena burguesia colocou-nos o desafio de conseguir aplicar a teoria sem impor a problemática ao objecto de estudo.

Esta pesquisa nos remeteu para uma reflexão sobre uma pequena burguesia, fruto de um processo que conduz à independência nacional, visto no sentido de apropriação do destino do país, mas que: i) está sujeito a riscos globais; ii) é fabricado enquanto indivíduo; e iii) apesar de estar no poder não é quem decide as políticas públicas a serem implementadas. As estratégias de importação de modelos de políticas, de estilos de vida e narrativas para a configuração de um país que se quer moderno privilegiam as representações ocidentais. O legado da independência de *“pensar pela própria cabeça”* ganha uma outra perspectiva dentro do contexto pós-colonial em que as relações do tipo colonial não desapareceram e que as novas disposições de poder entre Estados são movidos pelo conceito de desenvolvimento e de uma dependência de financiamentos externos. A pequena burguesia que constitui a elite do país, deixa ser guiada por uma gramática que fez parte dos discursos de libertação colonial, e cuja biografia é acomodada sem deixar de lado antigas relações onde a matriz europeia prevalece.

O projecto de modernização apesar de estar atrelado ao Ocidente apresenta uma defassagem no tempo. Enquanto o Ocidente fala em pós-modernismo, a gramática utilizada para o terceiro mundo é ainda a da modernidade. Será apenas da gramática ou o conceito de pós-modernidade que não se aplica neste contexto? Falar de pós-modernidade nos remete ao conceito de flexibilidade, o que exige uma redefinição e

adaptação dos conceitos a uma realidade social onde não há uma liberdade de ação e em que os sujeitos (países) são fabricados. A reflexibilidade neste contexto de internacionalização também é conduzida, uma vez que este conceito ganha novo significado quando não existe uma liberdade de ação e onde a ideia de desenvolvimento está atrelado aos outros. E o que acontece é uma disfuncionalidade entre o conceito e o aparato à disposição para permitir o suporte. Assim, o conceito de mestiçagem adequa-se a ideia de desenvolvimento onde se estabelece uma relação de dependência activa e há uma busca por um ideal de si centrado códigos europeus.

O carácter global dos sistemas sociais na pós-modernidade dá um significado particular aos estilos de vida e obriga os indivíduos a assumir modos de vida a partir de um leque diversificado de opções (Giddens, 2004). Dentro deste contexto os indivíduos são bombardeados no processo de construção de si que promove uma desqualificação e exotização do saber local. Também os riscos são globais e são importadas pelo terceiro mundo que expostos aos mesmos não sabem como gerir. A mestiçagem, acima referido, revela um sistema fragilizado em termos de segurança e faz com que os indivíduos percebam os risco e definem estratégias de controlo, uma vez que há uma normalização dos riscos por parte do Estado.

Os resultados da pesquisa revelam que o facto de pertencer a pequena burguesia cria percepções de riscos alimentares. Estas percepções estão relacionados com a sua capacidade de controlo dos mesmos. Os riscos estão intimamente relacionados à funcionalidade dos alimentos, o que faz com que o pequeno burguês a partir da sua forma de comer, de escolher e de adquirir os alimentos demonstre um cuidado de si, no sentido Foucaultiano. Há um esforço para o ideal de si que está intimamente ligada a alimentação saudável e o corpo (imagem que representa) é a expressão deste ideal.

O facto de pertencer a pequena burguesia coloca uma pressão sobre os indivíduos no sentido de se autoregularem e minimizarem os efeitos dos riscos ligados à alimentação. Há uma pressão na construção de si que é indissociável da definição de si pelos outros, e que faz com que os indivíduos adoptem estratégias de controlo do riscos. O consumo alimentar torna-se assim uma responsabilidade individual. A importação de um estilo de classe e a necessidade de autoregulação leva a uma reflexibilidade da questão da segurança dos alimentos, sem que no entanto exista um aparato estatal para apoiar uma subjectividade que acaba por ser insustentável. Assim, para o pequeno burguês o

controle dos riscos vai muito além das medidas sanitárias e da capacidade de fiscalização por parte do Estado. O ser “*di tera*”, por exemplo, é uma das estratégias de controle de riscos que agrega o fator de qualidade e dá uma certa segurança aos comensais.

Num cenário de elaboração políticas públicas muito centrado na “importação” de modelos e temáticas, a questão dos riscos é incorporada às políticas nacionais, sem que no entanto o aparato institucional esteja preparado para responder a algo que não partiu de uma flexibilidade. Assiste-se a criação de instituições e discursos para a normalização, a regulação e minimização dos efeitos dos riscos. Ao analisarmos esta questão numa perspectiva Foucaultiana de poder, podemos ver que o indivíduo é fabricado como sujeito de escolha num processo de individualização e de sujeição, onde o Estado o mune de conhecimentos sobre os alimentos e sua relação com a saúde, para que este se sinta responsável a manter um padrão que lhe é esperado.

Exige-se uma flexibilidade em torno dos riscos alimentares sem um aparato institucional que consiga dar resposta, e nisto reside a angústia dos comensais e a elaboração de estratégias de adaptação/controle dos riscos que são percebidos. Dentro deste cenário de não resposta institucional, a forma como o pequeno burguês define e identifica os riscos está relacionado com a sua capacidade de controle, traduzidas na quantidade de gordura ou de sal que deve consumir, por exemplo. Assim, os indivíduos são obrigados a “acomodar suas próprias biografias” (Douglas, 1997, 24) e a criar estratégias de minimização dos efeitos dentro deste novo contexto. E para tal, vão além da importação de modelos e estilos de vida, uma vez que há necessidade de se adaptar ao contexto, mas sem perder de vista o burguês que é o ideal a ser atingido.



# ANEXOS

## **ANEXO 2: Guião de Entrevista**

### **Pesquisa:**

---

#### **“A percepção dos riscos alimentares na pequena burguesia – Praia - Cabo Verde ”**

##### **Guião de Entrevista**

###### ***Focus Group***

*(3 grupos de 5 a 8 pessoas –responsaveis pela compra e/ou preparação dos alimentos)*

##### **Apresentação:**

- Pesquisadora
- Objectivos da pesquisa
- Grupo

##### **Linhas orientadoras:**

##### **Dimensões da escolha dos alimentos (Social, economico e cultural)**

- **Aquisição dos alimentos**
  1. O que levam em conta quando escolhem um alimento
  2. Quais os factores que o faz preferir esse ou aquele alimento
- **O produto da terra versus o produto importado (**
  1. Prefere supermercados ou mercados?
  2. O que acham dos produtos disponíveis no mercado
  3. O consumo de frutas e legumes
- **Cuidados com os alimentos**
  1. O que levam em conta na preparação dos alimentos
  2. Relação com produtos específicos produzidos em cv como queijos e peixes vendidos nas ruas (aspectos relacionados a higiene, moscas...
- **O consumo de alimentos “de rua”**
  1. A comida de rua é confiável?
  2. Quando comem fora que estabelecimentos preferem
- **A mudança de hábitos alimentares (marcador temporal – Mudança do meio rural para o urbano, morar num dos condomínios da ASA)**

1. O que compravam como alimentos e o que compram agora? Os hábitos alimentares mudaram?
  2. O que está na base desta mudança?
  3. O comer antigamente: o comer dos “nossos avôs”; as fomes (lembranças)
  4. O que consideram que mudou na forma de se fazer as refeições
- 
- **O papel dos media, a importação das políticas publicas**
    1. Qual o papel do governo (nesse caso entendido como “fazedor” das políticas publicas) na mudança dos hábitos alimentares/ como é exercido esse poder
    2. O papel dos media na mudança dos hábitos alimentares (as receitas e as notícias sobre as contaminações na mudança dos hábitos alimentares)

## ANEXO 3: Questionário Agregado Familiar

### Pesquisa:

---

#### “A percepção dos riscos alimentares na pequena burguesia – Praia - Cabo Verde ”

#### QUESTIONÁRIO

Dia/hora da entrevista:

Local da entrevista:

Observações:

---

---

#### Perfil Socio-económico

##### A. Características do Entrevistado:

A1. Sexo: 1=Masculino |\_\_| 2=Feminino |\_\_|

A2. Idade: |\_\_. \_\_| (em anos)

A3. Nível de escolaridade mais elevado que frequentou:

1= Não frequentou |\_\_|

2=Primário |\_\_|

3=Secundário incompleto |\_\_|

4= Secundário completo |\_\_|

5=Superior e mais |\_\_|

A4. É quem prepara os alimentos para o agregado? 1=Sim |\_\_| 2=Não |\_\_|

A5. É quem escolhe/compra os alimentos para o agregado? 1=Sim |\_\_| 2=Não |\_\_|

A5.1. Quais as outras pessoas definem o que se compra de alimentos para o agregado:

---

A5.2. O que eles escolhem: 1= “Comida de panela” |\_\_| 2=Lanches ou “fatiotas” |\_\_|

A6. Desde quando reside nesse espaço (Achada Sto António, nos prédios): |\_\_. \_\_| (em anos)

##### B. Características socioeconómicas do agregado

**B1. Numero de pessoas que residem nesse agregado:**

1= Menores de 6 anos |\_\_| 2= 6-18 anos|\_\_| 3= 19 - 35 anos |\_\_| 4=Mais de 35 anos  
|\_\_|

5= Total membros |\_\_.\_\_|

**B2. Nº de membros do agregado que frequentaram a escola** |\_\_.\_\_|

**B3. Numero de pessoas que trabalham:** |\_\_.\_\_|

**3.1. Tipo de trabalho:h**

1. .... 2.  
.....  
3. .... 4.  
.....

**D. Hábitos e Percepção**

**D1. Habitualmente aonde adquire a maior parte dos alimentos?** 1= Mercado 2= Supermercado |\_\_|  
3=Lojinhas da zona |\_\_| 9=Não adquire  
|\_\_|

**D2. Qual a razão que faz com que adquies nesse local?** 1=Mais barato |\_\_| 2=Mais perto de casa |\_\_|  
3=Tem alimentos de melhor qualidade |\_\_| 4= vende em proporção que quero comprar |\_\_|  
5=Outro (Especificar) |\_\_|

\_\_\_\_\_

**D3. Prefere produtos alimentares importados ou nacionais?** 1= Nacional |\_\_| 2=Importado |\_\_|  
3= Não sabe/Não responde |\_\_|

**D4. Porquê?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**D5. Considera que a sua forma de comer mudou nos ultimos anos (a partir da decada de 90)?** 1=Sim  
|\_\_| 2=Não |\_\_|

**D6. Se sim? Como (*múltipla resposta*)?** 1=Está mais diversificado|\_\_| 2=Consome menos gordura |\_\_|  
3=Consome mais frutas e legumes|\_\_| 4=Tem mais quantidade |\_\_| 5=Consome mais carne |\_\_|  
6= Outro  
(Espec.)\_\_\_\_\_

**D7. O que o fez mudar?**

---

---

---

---

**D8. Acredita que come bem?** 1=Sim |\_\_| 2=Não |\_\_|

**D9. Porquê?**

---

---

---

---

**D10. Costumam comer fora de casa?** 1=Sim |\_\_| 2=Não |\_\_|

**D11. Porquê?**

---

---

---

---

**D12. Numero de refeições que costumam fazer diariamente:** |\_\_|

**D13. Qual considera o mais importante:**

**D14. Porquê?**

---

---

---

---

**D15. Costuma ver/ouvir programas sobre alimentação/culinária na televisão/radio?** 1=Sim |\_\_| 2=Não |\_\_|

**D16. Isso costuma influenciar no que comes?** 1=Sim |\_\_| 2=Não |\_\_|

**D17. O que influencia a escolha dos pratos que costumas preparar?** 1=Diversidade 2= Tempo de  
preparação 3=Outro  
(Espec.)\_\_\_\_\_

---

**D17. Elencar o que leva a rejeitar um alimento (por grau de importancia – de 1 a 5)**

Domínios		1	2	3	4	5
1	Quantidade de gordura					
2	Agrotóxicos/pesticidas					
3	Prazo de validade dos produtos					
4	Aspecto do produto					
5	A forma como está acondicionado (embalado)					
6	Conservantes					
7	Dinheiro disponível					
8	Tempo de preparação					
9						
10						

**D18. O que o leva a escolher um alimento (por grau de importancia – de 1 a 5)**

Domínios		1	2	3	4	5
1	Benefícios para a saúde					
2	Quantidade de vitamina, ferro, etc.					
3	Preço					
4	Fresco					
5	Ser “de terra”/nacional					
6	Fácil cocção					
7						

**D19. A fiscalização da qualidade dos alimentos produzidos localmente pelo governo é:**

1=Inexistente ☐ 2=Fraco ☐ 3=Suficiente ☐ 4=Boa ☐

**D20. A fiscalização da qualidade dos alimentos importados pelo governo é:**

1=Inexistente ☐ 2=Fraco ☐ 3=Suficiente ☐ 4=Boa ☐

**D21. Ouvia falar da história recente da venda de carne de cachorro para consumo humano?**

1=Sim ☐ 2=Não ☐

**D22. Caso tenha sido real a venda de carne de cachorro para consumo humano, como classifica esse acto?** 1=Muito grave ☐ 2=grave ☐ 3=Normal ☐ 4=Insignificante ☐**D23. Qual o impacto que essa notícia teve no seu consumo de carne?** 1=Nenhum ☐ 2=Diminuiu o consumo ☐ 3=Mais cuidado na escolha ☐ 4=Mudança de talho ☐ 5= Mudou o tipo de carne ☐ 9=outro \_\_\_\_\_

## **Memórias de sabores**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



## Bibliografia

Areosa, J. O risco no âmbito da teoria social, Universidade Nova de Lisboa, VI Congresso Português de Sociologia; 2008

Arnaiz, Mabel Gracia. Maneras de comer hoy, comprender la modernidad alimentaria desde y más allá de las normas, Revista Internacional de Sociología (RIS) Tercera Época, NMO, Enero-Abril, 2005, pp. 159-182.

Appiah, Kwame. Será o Pós em Pós-Modernismo o Pós em Pós-Colonial?. (S.D)

Banco Interamericano de Desenvolvimento, A política das políticas públicas, 2006.

Barceiros, José de Senna. As fomes em Cabo Verde desde 1719-1904, Typ. De Cooperativa Militar, Lisboa, 1904

Beck, Ulrich. The Cosmopolitan Society and Its Enemies, *IN Theory Culture Society*, SAGE; 2002

------. La sociedad del riesgo: Hacia una nueva modernidad, Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica; 1998

Beck, U, Giddens, A, e Lash, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna; tradução de Magda Lopes, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; 1997

Benito, Luis E. A. Mitologías alimentarias cotidianas - Una relectura de Roland Barthes, Revista Internacional de Sociología (RIS) Tercera Época, N° 40, Enero-Abril, 2005, pp. 79-107.

Bleil, Susana. O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil, Revista Cadernos de Debate, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, Vol. VI, 1998, 1-25

Boholm, Åsa. Comparative studies of risk perception: a review of twenty years of research, *Journal of Risk Research*, 1998, 135-163

Bourdieu, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo, Edusp: Porto Alegre, RS, Zouk, 2007

Bourdieu, Pierre e Saint-Martin, M. Gofts de classe et styles de vie. (Excerto do artigo "Anatomie du goftt".) *Actes d'Ia Recherche en Sciences Sociales*, n° 5, out.1976, p. 18-43. Traduzido por Paula Montero.

Brüseke Franz J. Risco e Contingência socitec e-prints, Florianópolis v. 1 n. 2 p. 35-48 Jul-Dez. 2005

Carvalho, Mónica. Risco, *dispositivos de informação* e a questão do governo em sua relação com a saúde nas sociedades contemporâneas, *Estudos em Comunicação* no2, Dezembro de 2007, 147-170

Camargo, Brigido Vizeu e Allain Juliana Mezzomo. O papel da mídia brasileira na construção das representações sociais de segurança alimentar, *Psicologia: Teoria e Prática* – 2007, 9(2):92-108

Carvalho, S. As contradições da promoção à saúde em relação à produção de sujeitos e a mudança social, *Ciência & Saúde coletiva* 669-678; 2004

Capella, Ana Cláudia N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas in *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, nº 61, 1º semestre de 2006, pp. 25-52.

Costa, Sergio. Desprovincializando a Sociologia - A contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 21 nº. 60 fevereiro/2006.

D'Amato, Claudio; Torres, João P, M; Malm, Olaf. DDT (dicloro difenil tricloroetano): toxicidade e contaminação ambiental - uma revisão, *Quím, Nova*, São Paulo, v, 25, n, 6a, Nov, 2002, consultado a 29 de Maio de 2013 em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-40422002000600017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422002000600017&lng=en&nrm=iso)>

De Brito, Daniel e Ribeiro, Tânia Guimarães. A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social, *Revista Ambiente & Sociedade* - Vol. V - no 2 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003, ago./dez. 2002

De Azevedo, Elaine. Reflexões sobre riscos e o papel da ciência na construção do conceito de alimentação saudável. *Revista Nutrição*, Campinas, nov./dez., 2008, 21(6), 717-723

Debevec L. e Tivadar B. Making connections through foodways: contemporary issues in anthropological and sociological studies of food, *Anthropological Notebooks* 12 (1): Slovene Anthropological Society, 2006, 5–16

Delicado, Ana e Gonçalves Maria Eduarda. Os portugueses e os novos riscos: resultados de um inquérito, *Análise Social*, vol. XLII (184), 2007, 687-718

Descombes, Vincent. Individuation et individualisation, *Revue européenne des sciences sociales* [En ligne], XLI-127 | 2003, consultado a 14 de Abril de 2012, URL: <http://ress.revues.org/502> ; DOI: 10,4000/ress, 502

Domingues, José M. Reflexividade, individualismo e modernidade, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 17, no 49, junho/2002

Dos Anjos, José C. A condição de mediador político-cultural em Cabo Verde: Intelectuais e diferentes versões de identidade nacional, *Etnográfica*, Vol. VIII (2), 2004, pp. 273-295

Douglas M, Wildavsky A. Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers, London: University of California Press, 1982

Durkheim, Émile. Da Divisão do Trabalho Social, IN Da Cruz, Braga, Teorias sociológicas: Os Fundadores e os Clássicos, Volume I, 6Ed, Fundação Calouste Gulbenkian; 2010

------. Da Divisão do Trabalho Social, Tradução Eduardo Brandão, São Paulo: Martins Fontes; 1995

FAO, Rapport mission “Assistance technique pour l’analyse du niveau de résidus de pesticides sur les produits agricoles au Cap-Vert”, Praia, 2013.

Fonseca, Claudia. Família, Fofoca e Honra, Porto Alegre, Editora UFRGS, 2004, consultado em 13 de Setembro 2011 <http://www.scribd.com/doc/6605658/Claudia-Fonseca-Familia-Fofoca-e-Honra>

Foucault, Michel. História da sexualidade 2: O uso dos prazeres, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

------. O nascimento da biopolítica. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

Gelinski, Carmen Rosario Ortiz G. e Seibel, Erni José: Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes; Universidade Federal de Santa Catarina in [http://www.cfh.ufsc.br/~revista/rch42/RCH42\\_artigo\\_10.pdf](http://www.cfh.ufsc.br/~revista/rch42/RCH42_artigo_10.pdf)

Giddens, Anthony. As consequências da modernidade, Oeiras, Celta Editora, 2002.

Gilroy, Paul. The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness. Londres, 1993

Goldenberg, Mirian. Cultura e gastro-anomia: psicopatologia da alimentação cotidiana. Entrevista com Claude Fischler, Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 17, n. 36, jul./dez. 2011 p. 235-256

Hall, Stuart. ¿Cuándo fue lo “postcolonial”? Pensando en el límite. (S.D.)

Hamilton, Russell G. A literatura dos PALOP e a Teoria Pós-colonial. Via atlântica nº3 Dez. 1999.

Haraway, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu (5), 1995.

INE, Perfil da Pobreza.Cabo Verde 2003

Jarvis, D. Theorizing risk: Ulrich Beck, Globalization and rise of the risk society, National University of Singapore, Ano desconhecido

Lima, Redy Wilson. Praia, cidade partida: apropriação e representação dos espaços, 2006. Consultado em [http://www.academia.edu/2095818/Praia\\_cidade\\_partida\\_apropriacao\\_e\\_representacao\\_dos\\_espacos](http://www.academia.edu/2095818/Praia_cidade_partida_apropriacao_e_representacao_dos_espacos) , Julho 2013.

Lupton, Deborah. The sociology of risk, In Mythen, G, and Walklate, S, (eds). *Beyond the Risk Society: Critical Reflections on Risk and Human Security*, Maidenhead: Open University Press, pp, 11-24; 2006

------. Introduction: risk and sociocultural theory, Cambridge University Press, n.d.

Maluf, Renato. Segurança alimentar e nutricional, Editora Vozes, 2007.

Mamdani, Mahmood. The importance of research in a university; Makerere Institute of Social Research 2011-04-21, Issue 526

Martin, Paul. Releitura do Desenvolvimento e dos Direitos: Lições da África. Revista Internacional de Direitos Humanos. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sur/v3n4/05.pdf> Acesso em 15 Setembro 2011.

Massart, Guy. Masculinités pour tous? Genre, pouvoir et gouvernementalité au Cap-Vert – Le foyer dans la spirale de l'ouverture et du changement à Praia, Revue Lusotopie XII (1-2), 2005, 245-262.

Ministério das Finanças Cabo Verde. Constrangimentos ao Crescimento, à Transformação e à Redução da Pobreza. 2010.

-----, Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II. 2008. <http://www.un.cv/files/DECRP-II%20%282008-2011%29%20Portuguese.pdf>

-----, Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza I. 2005.

-----, Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza III. 2012.

Ministério da Saúde. Relatório Estatístico, 2011.

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas. Estudo sobre o impacto socioeconómico dos poluentes Organicos Persistentes, 2007.

Mohanty, Chandra. Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial IN Liliana Suárez Navaz y Aída Hernández (editoras): Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes, ed. Cátedra, Madrid, 2008.

Peirano, Mariza. *A favor da etnografia*. In Serie Antropologica 130, Brasília, 1992.

Polvora, Jacqueline. Debating Development: Contributions from antropology. In *Mendonza, Carmen; Ngulube, Mbongeni et Colacios, Raquel (org) Reflexions on Development and Cooperation*, Escola Técnica Superior de Arquitetura ESARQ, Barcelona, 2011.

Poulain, Jean-Pierre e Proença Rossana P. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. Rev. Nutr., Campinas, 16(3):245-256, jul./set., 2003

Said, Edward. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Tomás Rosa Bueno. - São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

Shohat, Ella. Notes on the "Post-Colonial", Social Text, No. 31/32, Third World and Post-Colonial Issues. 1992, 99-113.

Da Cruz, Fabiana Thomé. Produtores, consumidores e valorização dos produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade dos alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de cima da Serra – RS, Porto Alegre, 2012.

Unidade da Reforma do Estado Cabo Verde. Concept paper sobre regulação em Cabo Verde, consultado em [www.governo.cv](http://www.governo.cv) em Julho 2013.

Veeck, Ann, Yu, Hongyan e Burns. Alvin C. Consumer Risks and New Food Systems in Urban China, *Journal of Macromarketing* 30(3), 2010, 222-237

Velho, Gilberto *Antropologia Urbana - Encontro de tradições e novas perspectivas Sociologia, problemas e práticas*, n.º 59, 2009, pp.11-18

Vieira, Miriam. *Resumo Malinowski*. 2011

Wacquant, Loïc. Notas para Esclarecer a Noção de Habitus, *RBSE* 6(16), Abril de 2007, 5-11

Wildavski, Aaron and Dake, Karl. Theories of risk perception: who fears what and why, *Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, Vol. 119(4), Fall 1990, 41-60

World Bank. Cape Verde public sector reform and capacity building. Africa Region, N 69, October 2001

Zinn, Jens O. The sociology of risk and uncertainty - current state and perspectives, Ano desconhecido